



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2018**



DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.486.650/0001-83

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL 2018

O Conselho de Administração da Diagnósticos da América S.A. ("Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada pela Companhia no dia 23 de abril de 2018, às 14h00 ("AGO"), conforme Edital de Convocação disponibilizado no website da Companhia (www.dasa3.com.br), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) em 21 de março de 2018, a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições dos dias 22, 23 e 24 de março de 2018 e no jornal Diário Comércio Indústria & Serviços nas edições dos dias 22, 23 e 26 de março de 2018, as seguintes propostas: deliberar sobre (i) o relatório da administração, as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de distribuição de dividendos e do orçamento de capital para o exercício social de 2018; (iii) a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018; e (iv) a proposta de ratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia efetivamente paga no exercício social de 2017.

Em relação aos pontos acima, a Administração submete aos acionistas as seguintes propostas aprovadas nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14 e 21 de março de 2018 ("Proposta"):

(i) o exame e a aprovação do Relatório da Administração, das contas da administração e as Demonstrações Financeiras (incluindo as respectivas notas explicativas), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Foram disponibilizados em 14 de março de 2018 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no site oficial da Companhia (www.dasa3.com.br) e serão publicados em 22 de março de 2018 no Jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços e no Diário Oficial do Estado de São



Paulo, em observância ao artigo 133, *caput* e § 3º, da Lei das S.A. os seguintes documentos:

- (a) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (b) as cópias das demonstrações financeiras; e
- (c) o parecer dos auditores independentes.

Adicionalmente, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 481/2009 ("ICVM 481"), foi disponibilizado em 14 de março de 2018 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no site oficial da Companhia (www.dasa3.com.br) o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, sendo que o boletim de voto à distância foi disponibilizado nos mesmos sites em 21 de março de 2018.

Em atendimento ao disposto no inciso III do artigo 9º da ICVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência encontram-se no **Anexo A** à presente Proposta. A numeração que identifica os itens transcritos em tal anexo corresponde à mesma numeração constante do item 10 do formulário de referência visando a facilitar a identificação e leitura.

A administração ressalta que não foi instalado Conselho Fiscal para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) o exame e a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, de distribuição de dividendos e do orçamento de capital para o exercício social de 2018.

A administração informa que a Companhia utilizou os recursos do Orçamento de Capital do exercício social de 2017 conforme demonstrado no quadro abaixo, com observância aos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2017:



Orçamento de capital <i>(em milhares de reais)</i>		
Aplicações:	Proposto 2017	Realizado 2017
Expansão orgânica, reformas e equipamentos de exames	338.905.344,36	231.608.991,03
Tecnologia da Informação – Modernização, Desenvolvimento e Manutenção	66.920.025,70	74.569.753,52
Outros	358.496,82	6.284.777,65
Total das aplicações	406.183.866,88	312.463.522,20

Fontes	
Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2016	63.557.255,32
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2017	342.626.611,56
Total das fontes	406.183.866,88

Para o exercício social de 2018, a administração da Companhia submete à apreciação dos Senhores Acionistas, a seguinte proposta de destinação de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como de orçamento de capital para o exercício social de 2018, observadas a legislação societária vigente e as disposições constantes de seu Estatuto Social, conforme aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018:

A proposta de destinação do lucro líquido é:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	131.443.398,66
Reserva Legal	6.572.169,93
Destinações:	124.871.228,73
Dividendos	42.198.302,19
Reserva de Retenção de Lucros	82.672.926,54

A Companhia investirá em expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros, conforme detalhado abaixo.

Do montante de R\$ 124.871.228,73 (cento e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos) que corresponde ao lucro líquido do exercício social de 2017, ajustado pelo valor da reserva legal constituída, serão destinados para pagamento de



dividendos aos acionistas o equivalente ao montante de R\$ 42.198.302,19 (quarenta e dois milhões, cento e noventa e oito mil, trezentos e dois reais e dezenove centavos), observado o percentual referente ao dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O montante global dos dividendos é composto unicamente por juros sobre o capital próprio declarados em 26 de dezembro de 2017, cujo valor líquido de R\$ 35.870.187,63 (trinta e cinco milhões, oitocentos e setenta mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos) já foi pago pela Companhia em 30 de janeiro de 2018. Visando ao referido crescimento da Companhia, será oportuna a Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 82.672.926,54 (oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), proveniente do saldo remanescente do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O valor destinado para a Reserva de Retenção de Lucros financiará parte do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2018, conforme se segue:

Aplicações em 2018:

Expansão orgânica, reformas e equipamentos de RDI	317.510.550,96
TI – Modernização, desenvolvimento e manutenção	76.038.964,91
Outros	5.216.363,00
Total das aplicações	398.765.878,87

Fontes:

Reserva de retenção de lucro do exercício de 2017	82.672.926,54
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2018	316.092.952,33
Total das fontes	398.765.878,87

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 9º ICVM 481, as informações acerca da proposta de destinação do lucro líquido nos termos do Anexo 9-1-II à referida instrução, encontram-se no **Anexo B** à presente Proposta.

(iii) o exame e a aprovação da proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018; e

(iv) a ratificação e a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia



efetivamente paga no exercício social de 2017.

Para remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária a proposta a ser submetida aos Acionistas da Companhia é de até R\$ 25.051.742,42 (vinte e cinco milhões, cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos), para o exercício social de 2018, considerados os efeitos contábeis das opções de compra de ações outorgadas, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018, às 10h00, cuja ata foi disponibilizada, na mesma data, no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM www.cvm.gov.br e no site oficial da Companhia www.dasa3.com.br. Para maiores informações, vide **Anexo C** à presente Proposta.

A Administração da Companhia esclarece que:

- (a) o período a que se refere a presente proposta de remuneração é de 23 abril de 2018 (data da AGO) até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2019 da Companhia;
- (b) os valores para remuneração dos administradores aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2017 da Companhia totalizavam R\$ 23.405.237,87 (vinte e três milhões, quatrocentos e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos), sendo que o período compreendido por essa remuneração foi de 20 de abril de 2017 (data da Assembleia Geral Ordinária de 2017 da Companhia) a 23 de abril de 2018 (data da AGO);
- (c) no período indicado no item (b) acima, o valor para remuneração dos administradores efetivamente realizado foi de R\$ 25.029.572,09 (vinte e cinco milhões, vinte e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e nove centavos), sendo que a diferença com relação à proposta aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 2017 da Companhia se dá em razão de pagamento de bônus adicional devido à superação de metas coletivas (EBTIDA) pela Companhia, conforme disposto no item 13.1 do Formulário de Referência; e
- (d) a diferença de valores entre a presente proposta de remuneração e a proposta aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 2017 da Companhia se dá em razão de aumentos salariais previstos para a administração com base em avaliação da média de mercado geral e de empresas com o mesmo objeto da Companhia para manter a competitividade.



Em atendimento ao disposto no inciso II do artigo 12 da ICVM 481, as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência encontram-se no **Anexo C** à presente Proposta. A numeração que identifica os itens transcritos em tal anexo corresponde à mesma numeração constante do item 13 do formulário de referência visando a facilitar a identificação e leitura.

A Administração anexa à presente Proposta os seguintes documentos:

- Anexo A – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência
- Anexo B – Proposta de Destinação do Lucro Líquido e Orçamento de Capital (B.1 - Anexo 9-1-II e B.2 – Cópia do Orçamento de Capital)
- Anexo C – Informações sobre a Remuneração dos Membros da Administração nos termos do item 13 do Formulário de Referência

Por fim, todos os documentos referentes às propostas para deliberação da AGO estão disponíveis na sede Companhia, no *website* da Companhia (www.dasa3.com.br), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Cordialmente,

Romeu Côrtes Domingues
Presidente do Conselho de Administração



ANEXO A
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 23 DE ABRIL DE 2018

Item 10 do Formulário de Referência
Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria da Companhia acredita que a Companhia está preparada, do ponto de vista de condições financeiras e patrimoniais, para cumprir suas obrigações de curto e longo prazos. Acredita, ainda, que a geração de caixa da Companhia será suficiente para atender às necessidades projetadas de caixa para capital de giro e investimentos, além das obrigações com capital de terceiros, até o período de 31 de dezembro de 2018, no mínimo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o índice de liquidez corrente foi de 1,61 e 1,81, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante da Companhia foi de R\$ 1.576.450 mil, e superava em R\$ 83.072 mil o passivo circulante em 31 de dezembro de 2017, que foi de R\$ 1.493.378 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 1,06.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o índice de endividamento total foi de 0,79 e 0,68, respectivamente. O aumento do índice de endividamento total de 16,18% ocorrido entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 deveu-se, principalmente, às amortizações das debêntures emitidas pela Companhia em abril e em outubro de 2016 e às emissões de debêntures em abril e dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 0,88. O aumento do índice de endividamento total de 11,4% ocorrido entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 deveu-se, principalmente, a necessidade de novas captações para fazer frente a utilização de caixa para investimentos e aquisições.

Segue resumo da estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017:



	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Índice de liquidez corrente	1,06	1,61	1,81
Índice de endividamento total	0,88	0,79	0,68

Receita Operacional Bruta

2016

A receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 atingiu R\$3.352.769 mil, representando um crescimento de 5,6% ante a receita de R\$3.175.25 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

2017

A receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 atingiu R\$ 3.718.341 mil, representando um crescimento de 10,9% ante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

EBITDA

A Companhia calcula e divulga o seu EBITDA de acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“**Instrução CVM 527**”). Para mais informações sobre o referido cálculo e a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido de cada período, vide item 3.3 deste Formulário de Referência.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu um EBITDA de R\$529.162 mil, o que representa um aumento de 53,3% em relação ao EBITDA de R\$345.233 mil atingido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu uma margem EBITDA de 17,4%, comparado a uma margem EBITDA de 12,4% atingida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atingiu um EBITDA de R\$563.920 mil, o que representa um aumento de 6,6% em relação ao EBITDA de R\$529.162 mil atingido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atingiu uma margem EBITDA de 16,6%, comparado a uma margem EBITDA de 17,4% atingida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Segue abaixo a composição do cálculo do EBITDA:

Em mil de R\$	2017	2016	2015	Δ %	Δ %
				2017 X 2016	2016 X 2015
Lucro líquido do período	134.456	95.206	24.204	46,9%	293,3%
(+) imposto de renda e contribuição social	46.069	100.183	29.107	-51,9%	244,2%



(+) Financeiras líquidas	155.538	104.598	105.867	48,0%	-1,2%
(+) Depreciação e amortizações	227.856	229.177	186.045	-0,6%	23,2%
EBITDA (R\$ MM)	563.920	529.163	345.223	7,8%	53,3%
Margem EBITDA	16,6%	17,4%	12,4%	-0,6 p.p.	5 p.p.

Para fins da tabela acima, Margem EBITDA significa a divisão do EBITDA pela receita líquida do respectivo exercício social.

Indicadores de Liquidez

Liquidez (em R\$ mil)	Exercício encerrado em:		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Liquidez Geral			
Ativo circulante / Longo Prazo	1.890.661	1.710.924	1.600.340
Exigível Total	2.926.537	2.263.684	1.891.959
Quociente	0,65	0,76	0,85
Liquidez Corrente			
Ativo Circulante	1.576.450	1.531.793	1.352.591
Passivo Circulante	1.493.378	951.825	748.586
Quociente	1,06	1,61	1,81
Liquidez Seca			
Ativo Circulante (-) Estoque	1.491.047	1.448.101	1.282.491
Passivo Circulante	1.493.378	951.824	748.586
Quociente	1,00	1,52	1,71

Analisando os indicadores de liquidez geral, liquidez corrente e liquidez seca, é possível observar:

Entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 – redução nos indicadores de liquidez geral, derivada, principalmente, do aumento de empréstimos. A Companhia observou, neste período, uma diminuição no índice de liquidez corrente e liquidez seca pelo mesmo motivo.

Entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 – redução nos indicadores de liquidez geral, derivada, principalmente, de emissões de novas debêntures. A Companhia observou, neste período, uma diminuição no índice de liquidez corrente e liquidez seca em função do aumento da conta fornecedores a pagar.



(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Companhia tem como padrão de financiamento a escolha de duas formas de financiamento, a saber: (i) recursos próprios ou internos ou lucros retidos; (ii) recursos externos via endividamento ou capital de terceiros (emissão debêntures não conversíveis em ações, empréstimos bancários e *leasings*).

A estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação entre passivo total da Companhia sobre o somatório do passivo total e patrimônio líquido da Companhia, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital de terceiros representava 46,9% das fontes de recursos para o financiamento da estrutura de capital da Companhia, sendo os 53,1% restantes provenientes de recursos próprios.

Segue, abaixo, a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados, considerando (i) como percentual de capital próprio o valor resultante do patrimônio líquido dividido pelo somatório do passivo total e do patrimônio líquido, e (ii) como percentual de capital de terceiros o valor resultante do passivo total dividido pelo somatório do passivo total e do patrimônio líquido:

- Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta de 53,1% de capital próprio e 46,9% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta de 55,8% de capital próprio e 44,2% de capital de terceiros.
- Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Companhia era composta de 59,6% de capital próprio e 40,4% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2.789.950 mil, passando para R\$2.861.043 mil em 31 de dezembro de 2016, resultando numa variação positiva de 2,5%, principalmente em função de investimento (CAPEX) no valor de R\$329.299 mil incluindo investimentos em tecnologia da informação, equipamentos e expansão e reforma de unidades.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$2.861.043 mil, passando para R\$3.319.949 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta variação positiva de 16,0% decorreu principalmente da incorporação da Cromossomo Participações II S.A. pela Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia investiu (CAPEX) R\$251.598 mil incluindo investimentos em tecnologia da informação, equipamentos e expansão e reformas de unidades. Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento líquido da Companhia atingiu R\$1.180.259 mil em função dos investimentos na expansão da atividade. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$3.319.949 mil.



Estrutura de Capital (em R\$ mil)	Exercício encerrado em:		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivo Total	2.926.537	2.263.684	1.891.959
Patrimônio Líquido	3.319.949	2.861.043	2.789.950
Somatório do passivo total e patrimônio líquido	6.246.487	5.124.727	4.681.910

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições.

(c) comentários dos Diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, entre outras obrigações, efetuou o pagamento, em abril, de R\$ 233.333 mil relativo à amortização da segunda emissão de debêntures da Companhia, e, em outubro, de R\$ 62.500 mil relativo à amortização da terceira emissão de debêntures da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia utilizou seu caixa principalmente para: (i) pagamento de compromissos financeiros, tais como parcela das debêntures e juros e principal de empréstimos bancários; e (ii) investimentos em tecnologia da informação, equipamentos e expansão e reformas de unidades.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, entre outras obrigações, efetuou o pagamento, em abril, de R\$ 233.334 mil relativo à amortização da segunda emissão de debêntures da Companhia e, em outubro, de R\$ 62.500 mil relativo à amortização da terceira emissão de debêntures da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia utilizou seu caixa principalmente para: (i) pagamento de compromissos financeiros, tais como parcela das debêntures e juros e principal de empréstimos bancários; (ii) investimentos em tecnologia da informação, equipamentos e expansão e reformas de unidades; e (iii) aquisições de laboratórios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, entre outras obrigações, efetuou o pagamento, em março, de R\$ 124.910 mil relativo à amortização da primeira série da quinta emissão de debêntures da Companhia, em junho, de R\$ 200.000 mil relativo à liquidação da sexta emissão de debêntures da Companhia, e, em outubro, de R\$ 225.000 mil relativo à amortização da quarta emissão de debêntures da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia utilizou seu caixa principalmente para: (i) pagamento de compromissos financeiros, tais como parcela das debêntures e juros e principal de empréstimos bancários; (ii)



investimentos em tecnologia da informação, equipamentos e expansão e reformas de unidades; e (iii) aquisições de laboratórios.

A Companhia acredita que os recursos existentes e sua geração de caixa operacional serão suficientes para atender às suas necessidades de liquidez e aos compromissos financeiros contratados em aberto em 31 de dezembro de 2017.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 estão apresentados na tabela a seguir:

Demonstrações do Fluxo de Caixa (R\$ mil)	Exercício encerrado em:		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	629.640	841.937	494.329
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(538.227)	(754.449)	(254.460)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Caixa Líquido usado nas atividades de financiamento	132.358	(117.342)	(197.107)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	223.771	(29.854)	42.762
Demonstração do aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	287.894	317.748	274.986
No fim do período	511.665	287.894	317.748
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	223.771	(29.854)	42.762

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, as principais fontes de financiamento da Companhia foram:

- recursos próprios;
- emissão de debentures, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no montante total de R\$400.000 mil, em duas séries: (i) a primeira série, no valor de R\$249.820 mil, com prazo de vencimento de três anos, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da variação diária da



taxa DI acrescido de uma taxa fixa (*spread*) de 1,05% ao ano; e (ii) a segunda série, no valor de R\$150.180 mil, com prazo de vencimento de cinco anos, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da variação diária da taxa DI acrescido de uma taxa fixa (*spread*) de 1,20% ao ano;

- emissão de debêntures, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante total de R\$200.000 mil, com prazo de vencimento de três anos, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 120% das taxas médias diárias da taxa DI;
- emissão de debêntures, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no montante total de R\$200.000 mil, com prazo de vencimento de três anos, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 112,25% das taxas médias diárias da taxa DI; e
- emissão de debêntures, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante total de R\$400.000 mil, com prazo de vencimento de cinco anos, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 108,00% das taxas médias diárias da taxa DI; e
- emissão de notas promissórias comerciais, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante total de R\$500.000 mil, sendo R\$ 200.000 mil relativos a quarta emissão, com prazo de vencimento de dois anos, e com juros remuneratórios que incidem sobre o valor unitário à variação acumulada de 107% das taxas médias diárias da taxa DI, e R\$ 300.000 mil relativos a quinta emissão, divididas em três séries: (i) a primeira série, no valor de R\$100.000 mil, com prazo de vencimento de um ano, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 107,5% da variação diária da taxa DI; (ii) a segunda série, no valor de R\$50.000 mil, com prazo de vencimento de dois anos, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 106,15% da variação diária da taxa DI ; e (iii) a terceira série, no valor de R\$ 50.000 mil, com prazo de vencimento de três anos, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 108,75% da variação diária da taxa DI.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Embora a Companhia não tenha apresentado deficiências de liquidez nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, as principais fontes de recursos que a Companhia pretende se utilizar para cobrir eventuais deficiências desta natureza e investimentos em ativos não circulantes seriam a emissão de títulos e valores mobiliários (tais como debêntures e notas comerciais), e empréstimos com instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nos três últimos exercícios sociais:



(R\$ mil)	Exercício encerrado em:		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Moeda Nacional			
Notas promissórias	509.063		
Empréstimos bancários	103.844	35.687	81.538
Leasing – Contratos nacionais	5.131	6.665	889
Financiamentos de equipamentos	-	-	-
BNDES	46.750	33.225	22.401
FINEP	26.498	26.509	-
Moeda Estrangeira			
Empréstimos bancários	-	-	-
Financiamentos de equipamentos	-	-	-
Leasing – Equipamentos estrangeiros	-	-	900
Notas (Senior Notes)	-	-	-
Custos de transação – emissão de Notas (Senior Notes)	-	-	-
	691.286	102.086	105.738
Parcela a amortizar no curto prazo classificada no passivo circulante	(319.382)	(28.213)	(58.028)
Passivo não circulante	371.904	73.874	47.710

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos bancários e financiamentos

- (a) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de março de 2014, foi aprovada a captação de recursos por meio do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (“**BNDES FINAME – PSI 2014**”) no montante de até R\$50.000 mil para financiamento de máquinas e equipamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou uma operação com as seguintes condições: (i) prazo de vencimento de 10 anos, (ii) prazo de carência de dois anos para a amortização do valor principal, e (iii) taxa de juros de 6% ao ano.
- (b) Em reunião do Conselho da Administração realizada em 23 de março de 2015, foi aprovada a captação de recursos por meio do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (“**BNDES FINAME – PSI 2015**”) no montante de até R\$50.000 mil para financiamento de máquinas e equipamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a



Companhia realizou 13 operações desta modalidade com as seguintes condições: (i) prazo de vencimento de oito anos, (ii) prazo de carência de dois anos para a amortização do valor principal, e (iii) taxa de juros de 9,5% ao ano. O valor total desembolsado no exercício de 2015 foi R\$ 15,2 mil sendo R\$ 2.000 mil referentes ao BNDES FINAME – PSI 2014 e R\$ 13.200 mil referentes ao BNDES FINAME – PSI 2015.

- (c) Em reunião do Conselho da Administração realizada em 05 de julho de 2016, foi aprovada a captação de recursos através da Financiadora de Estudos e Projetos –FINEP, no montante de R\$60.900 mil, por meio de contrato de financiamento. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação desta modalidade, com as seguintes condições: (i) prazo de vencimento de dez anos, (ii) prazo de carência de três anos para a amortização do valor principal, e (iii) taxa de juros de TJLP + 3% ano. O valor total desembolsado no exercício de 2016 foi R\$ 26.500 mil.
- (d) Em reunião do Conselho da Administração realizada em 05 de julho de 2016, foi aprovada a captação de recursos através do Programa BNDES de Financiamento de Maquinas e Equipamentos (“**BNDES FINAME 2016**”), no montante de até R\$ 50.000 mil. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou 6 operações desta modalidade, com as seguintes condições: (i) prazo de vencimento de cinco anos, (ii) prazo de carência de um ano para a amortização do valor principal, e (iii) taxa de juros de TJLP + 3,7% ano. O valor total desembolsado no exercício de 2016 foi R\$ 15.900 mil sendo R\$ 7.900 mil referentes ao BNDES FINAME – PSI 2015 e R\$ 8.000 mil referentes ao BNDES FINAME 2016.

Os Diretores esclarecem que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendia todas as cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos em vigor a que a Companhia estava sujeita nas respectivas datas. No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia estava adimplente com as condições contratuais. A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2017:

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Em moeda nacional					
Modalidade	Bancos	Valor em reais (R\$ mil)	Vencimento	Encargos Financeiros	Garantidores
Notas promissórias	Diversos	509	2020	106,15% a 108,75% do CDI	-
Empréstimos bancários	Banco do Brasil	9	2018	108,0% do CDI	-
Leasing	Diversos	5	2021	IGP-M	-
BNDES (a)	Diversos	47	2024	6% - 9,5% a.a. - TJLP + 3,7%	(i)
FINEP	FINEP	26	2026	TJLP + 3%	(ii)
Empréstimos bancários	Diversos	95	2020	17,04% a.a.	(iii)



- (i) Nota Promissória de 125% do valor do contrato em nome da Companhia
- (ii) Fiança bancária
- (ii) Alienação fiduciária, aval

Os empréstimos bancários e financiamentos classificados no passivo não circulante serão amortizados como segue, de acordo com os prazos de vencimentos contratuais (em R\$ mil):

	Controladora	Consolidado
2018	217.096	319.382
2019	269.659	270.145
2020	63.232	63.232
2021	11.827	11.827
2022	8.539	8.539
2023	7.003	7.003
2024	4.601	4.601
2025	3.747	3.747
2026	2.810	2.810
	588.513	691.286

A Companhia concedeu avais para as suas controladas conforme apresentado abaixo:

Controlada	Credor	Data	Valor (R\$ mil)
Cientificalab	Pottencial Seguradora	21/06/2016	99
Cientificalab	Pottencial Seguradora	12/04/2017	236
Cientificalab	Pottencial Seguradora	30/06/2017	1.512
Cientificalab	Pottencial Seguradora	23/02/2017	2
Cientificalab	Pottencial Seguradora	12/05/2017	3
Cientificalab	Pottencial Seguradora	16/11/2017	442
CIDRIM	JMALUCELLI Seguradora	09/05/2017	268
CERPE	ITAU	16/02/2016	1.206
CERPE	JMALUCELLI Seguradora	08/09/2017	1.377

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 9 de fevereiro de 2015 foi aprovada pelo Conselho de Administração a realização da quinta emissão pela Companhia, em até duas séries, de, no mínimo, 40.000 debêntures, e, no máximo, 50.000



debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10 mil, com valor total de no mínimo R\$400.000 mil e no máximo R\$500.000 mil, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação. Em 26 de março de 2015, foi encerrada a oferta pública com a emissão de 40.000 debêntures. As debêntures da primeira série, no valor total de R\$249.820 mil, possuem prazo de três anos, vencendo-se em 10 de março de 2018 e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo" (CETIP), acrescida de sobretaxa de 1,05% ao ano. O valor nominal unitário de cada debênture da primeira série será pago em duas parcelas anuais e sucessivas, a partir do 24º mês a contar da data de emissão, qual seja, 10 de março de 2015, sendo 50% em 10 de março de 2017 e o saldo na data de vencimento, qual seja, 10 de março de 2018. As debêntures da segunda série, no valor total de R\$150.180 mil, possuem prazo de cinco anos, vencendo-se em 10 de março de 2020 e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo" (CETIP), acrescida de sobretaxa de 1,20% ao ano. O valor nominal unitário de cada debênture da segunda série será pago em duas parcelas anuais e sucessivas, a partir do 48º mês a contar da data de emissão, sendo 50% em 10 de março de 2019 e o saldo na data de vencimento, qual seja, 10 de março de 2020. O pagamento dos juros remuneratórios é semestral, no dia 10 dos meses de março e setembro, e o débito na conta corrente da Companhia ocorre um dia antes do vencimento.

Em 27 de novembro de 2015 a Companhia adquiriu 3.626 debêntures da primeira série da quinta emissão, que serão mantidas tesouraria para futura recolocação no mercado.

Em 07 de abril de 2016 foi aprovada pelo Conselho de Administração a realização da sexta emissão pela Companhia em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, com valor total de R\$ 200.000 mil, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos. As debêntures possuem prazo de 3 anos e remuneração correspondente a 120,00% (cento e vinte por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo" (CETIP). O valor nominal unitário de cada debênture será amortizado em 1 única parcela, na data de vencimento, qual seja, 20 de abril de 2019.

Em 25 de novembro de 2016 foi aprovada pelo Conselho de Administração a realização da sétima emissão pela Companhia em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, com valor total de R\$200.000 mil para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos. As debêntures possuem prazo de 5 anos e remuneração correspondente a 112,25% (cento e doze inteiros e vinte e cinco décimos percentuais) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo" (CETIP). O valor nominal unitário de cada debênture será amortizado em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo 33,3300% em 19 de dezembro de 2019, 33,3300% em 19 de dezembro de 2020 e 33,3400% na data de vencimento.

Em 08 de junho de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração a realização da quarta emissão pela Companhia em série única, de notas promissórias não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 mil com valor total de R\$200.000 mil para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos. As notas possuem prazo de dois anos e



remuneração correspondente a 107,00% (cento e sete inteiros percentuais) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo" (CETIP). O valor nominal unitário de cada nota será pago integralmente, em uma única parcela, em 21 de junho de 2019.

Em 07 de agosto de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração a realização da oitava emissão pela Companhia em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, com valor total de R\$400.000 mil, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos. As debêntures possuem prazo de 5 anos e remuneração correspondente a 108,00% (cento e oito inteiros percentuais) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo" (CETIP). O valor nominal unitário de cada debênture será amortizado em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo 33,3300% em 25 de agosto de 2020, 33,3300% em 25 de agosto de 2021 e 33,3400% na data de vencimento.

Em 05 de dezembro de 2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração a realização da quinta emissão pela Companhia, em três séries, de notas promissórias não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$1.000 mil, com valor total de R\$300.000 mil, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos. A primeira série, no valor de R\$100.000 mil, terá seu valor unitário pago de forma integral, em uma única parcela, em 28 de dezembro de 2018, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 107,5% da variação diária da taxa DI; a segunda série, no valor de R\$50.000 mil, terá seu valor unitário pago de forma integral, em uma única parcela, em 28 de dezembro de 2019, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 106,15% da variação diária da taxa DI ; e a terceira série, no valor de R\$50.000 mil, terá seu valor unitário pago de forma integral, em uma única parcela, em 28 de dezembro de 2020, sendo que sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 108,75% da variação diária da taxa DI.

Para informações adicionais a respeito da emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os diretores esclarecem que não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

Debêntures (R\$ mil)	Exercício encerrado em:		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Debêntures não conversíveis	1.100.090	1.250.000	1.145.834
Juros Remuneratórios	(22.612)	38.170	39.889
	1.077.478	1.288.170	1.185.723
Custo da transação	(3.001)	(4.103)	(4.008)



Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante	(372.522)	(348.260)	(296.170)
Debêntures em tesouraria	(18.620)	(37.851)	(37.897)
Passivo não circulante	683.335	897.956	847.648

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em alguns dos contratos financeiros mencionados acima estão inseridas cláusulas de *covenants* (obrigações), usualmente praticadas no mercado. Destaca-se: (i) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direta ou indiretamente, pela Companhia; (ii) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (iii) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (iv) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária; (v) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer controlada; (e) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Companhia, que substancialmente modifique ou restrinja as atividades desenvolvidas pela Companhia na data de emissão; ou (f) não observância de determinados índices financeiros.

Com relação aos índices financeiros, os Diretores esclarecem que, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia atendia todas as cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, conforme abaixo:

Covenant Financeiro	
Dívida líquida / EBITDA	Índice máximo
4ª Emissão de debêntures	3,0
5ª Emissão de debêntures	3,0
7ª Emissão de debêntures	3,0
8ª Emissão de debêntures	4,0
4ª Emissão de notas promissórias	4,0
5ª Emissão de notas promissórias	4,0
EBITDA / Resultado Financeiro	Índice mínimo
4ª Emissão de debêntures	2,0
5ª Emissão de debêntures	2,0
7ª Emissão de debêntures	2,0
8ª Emissão de debêntures	1,5



4ª Emissão de notas promissórias	1,5
5ª Emissão de notas promissórias	1,5

Para informações adicionais a respeito da emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não existiam limites contratados.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não existiam limites contratados.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 não existiam limites contratados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais consolidadas da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas.

Análise comparativa da Demonstração de Resultado do Exercício Consolidado de 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Código da Conta	Descrição da Conta	31 de dezembro de 2017	A.V. 2017	31 de dezembro de 2016	A.V. 2016	31 de dezembro de 2015	A.V. 2015	Variação 2017 X 2016	Variação 2016 X 2015
1.01	Receita Operacional Bruta	3.718.341	100,0%	3.352.769	100,0%	3.175.025	100,0%	10,9%	5,6%
2.01	Deduções	-319.034	-8,6%	-311.994	-9,3%	-380.626	-12,0%	2,3%	-18,0%
2.01.01	Impostos	-219.291	-5,9%	-196.517	-5,9%	-189.465	-6,0%	11,6%	3,7%
2.01.02	Descontos/Deduções	-99.742	-2,7%	-115.477	-3,4%	-191.161	-6,0%	-13,6%	-39,6%
3.01	Receita Operacional Líquida	3.399.308	91,4%	3.040.775	90,7%	2.794.399	88,0%	11,8%	8,8%
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.238.554	-60,2%	-2.076.201	-61,9%	-2.025.996	-63,8%	7,8%	2,5%
3.03	Resultado Bruto	1.160.754	31,2%	964.574	28,8%	768.403	24,2%	20,3%	25,5%



3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-824.663	-22,2%	-664.589	- 19,8%	-609.225	- 19,2%	24,1%	9,1%
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-823.096	-22,1%	-653.919	- 19,5%	-604.771	- 19,0%	25,9%	8,1%
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.530	0,3%	18.974	0,6%	10.556	0,3%	-39,2%	79,7%
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.097	-0,4%	-29.644	- 0,9%	--16.640	- 0,5%	-55,8%	78,1%
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	336.065	9,0%	299.985	8,9%	159.178	5,0%	12,0%	88,5%
3.06	Resultado Financeiro	-155.537	-4,2%	-104.597	- 3,1%	-105.866	- 3,3%	48,7%	- 1,2%
3.06.01	Receitas Financeiras	65.146	1,8%	106.250	3,2%	107.437	3,4%	-38,7%	- 1,1%
3.06.02	Despesas Financeiras	-220.683	-5,9%	-210.847	- 6,3%	-213.303	- 6,7%	4,7%	- 1,2%
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	180.528	4,9%	195.388	5,8%	53.312	1,7%	-7,6%	266,5%
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.070	-1,2%	-100.183	- 3,0%	-29.108	- 0,9%	-54,0%	244,2%
3.08.01	Corrente	-13.946	-0,4%	-14.835	- 0,4%	-2.200	- 0,1%	6,0%	574,3%
3.08.02	Diferido	-32.124	-0,9%	-85.348	- 2,5%	-26.908	- 0,8%	-62,4%	217,2%
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	134.458	3,6%	95.205	2,8%	24.204	0,8%	41,2%	293,3%
3.10	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	134.458	3,6%	95.205	2,8%	24.204	0,8%	41,2%	293,3%

Análise comparativa da Demonstração de Resultado Consolidado nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Receita Bruta

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita bruta foi de R\$3.718.341 mil, um crescimento de 10,9% quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016,



em que a Companhia atingiu R\$3.352.769 mil. A receita foi influenciada pela variação no volume de exames, mix de exames e reajustes nos contratos.

Receita Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida foi de R\$3.399.308 mil, um crescimento de 11,8% quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ocasião em que a receita líquida foi de R\$3.040.775 mil.

Custos e Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos dos serviços prestados foram de R\$2.238.554 mil, equivalente a 65,9% da receita líquida no mesmo período, o que representou um crescimento de 7,8%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Tal crescimento, maior do que a inflação do período, foi decorrente, principalmente, de dissídios, reajuste de alugueis e maior volume de exames processados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto foi de R\$1.160.754 mil, o que representou um crescimento de 20,3%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Despesas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as despesas operacionais totalizaram R\$823.096 mil, equivalente a 24,2% da receita líquida no mesmo período, o que representou um crescimento de 25,9%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Tal crescimento foi decorrente, principalmente, de plano de opções, dissídio e integração com empresas adquiridas.

Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o resultado financeiro foi de R\$155.537 mil, equivalente a 4,6% da receita líquida no mesmo período, o que representou um crescimento de 48,7%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Tal crescimento foi decorrente, principalmente, de novas captações.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e contribuição social foi de R\$46.070 mil, equivalente a 1,4% da receita líquida no mesmo período, o que representou uma redução de 54,0%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Lucro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido foi de R\$134.458 mil, o que representou um aumento de 41,2%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Análise comparativa da Demonstração de Resultado Consolidado nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015



Receita Bruta

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita bruta foi de R\$3.352.769 mil, um crescimento de 5,6% quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em que a Companhia atingiu R\$3.175.025 mil. A receita foi influenciada pela variação no volume de exames, mix de exames e reajustes nos contratos.

Receita Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida foi de R\$3.040.775 mil, um crescimento de 8,8% quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ocasião em que a receita líquida foi de R\$2.794.399 mil.

Custos e Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os custos dos serviços prestados foram de R\$2.076.201 mil, equivalente a 68,3% da receita líquida no mesmo período, o que representou um crescimento de 2,5%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Tal crescimento, menor do que a inflação do período, foi decorrente, principalmente, do maior controle de custos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro bruto foi de R\$964.574 mil, o que representou um acréscimo de 25,5%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Despesas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as despesas operacionais totalizaram R\$664.589 mil, equivalente a 21,9% da receita líquida no mesmo período, o que representou um crescimento de 11,3%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Tal crescimento foi decorrente, principalmente, da pressão inflacionária nas despesas de pessoal e maior controle de despesas.

Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o resultado financeiro foi de R\$104.597 mil, equivalente a 3,4% da receita líquida no mesmo período, o que representou um decréscimo de 1,2%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Tal redução foi decorrente, principalmente, da redução na dívida líquida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o imposto de renda e contribuição social foi de R\$100.163 mil, equivalente a 3,3% da receita líquida no mesmo período, o que representou um acréscimo de 244,2%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Lucro Líquido



No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido foi de R\$95.205 mil, o que representou um aumento de 293,3%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Análise de Variações de Contas Patrimoniais

Código da Conta	Descrição da Conta	31 de dezembro de 2017	A.V. 2017	A.H. 2017 X 2016	31 de dezembro de 2016	A.V. 2016	A.H. 2016 X 2015	31 de dezembro de 2015	A.V. 2015
1	Ativo Total	6.246.487	100,0%	21,0%	5.124.727	100%	9,5%	4.681.910	100,0%
1.01	Ativo Circulante	1.576.451	25,2%	2,9%	1.531.793	29,9%	13,2%	1.352.591	28,9%
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	511.665	8,2%	77,7%	287.894	5,6%	- 9,4%	317.748	6,8%
1.01.02	Aplicações Financeiras	80.964	1,3%	-78,2%	370.619	7,2%	132,3%	159.555	3,4%
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	80.964	1,3%	-78,2%	370.619	7,2%	132,3%	159.555	3,4%
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	80.964	1,3%	-78,2%	370.619	7,2%	132,3%	159.555	3,4%
1.01.03	Contas a Receber	660.399	10,6%	20,1%	549.682	10,7%	- 3,1%	567.339	12,1%
1.01.03.01	Clientes	660.399	10,6%	20,1%	549.682	10,7%	- 3,1%	567.339	12,1%
1.01.04	Estoques	85.403	1,4%	2,0%	83.693	1,6%	19,4%	70.099	1,5%
1.01.06	Tributos a Recuperar	202.191	3,2%	-0,1%	202.454	4,0%	- 0,3%	203.019	4,3%
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	202.191	3,2%	-0,1%	202.454	4,0%	- 0,3%	203.019	4,3%
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.711	0,1%	7,0%	6.272	0,1%	41,0%	4.449	0,1%
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.118	0,5%	-6,6%	31.179	0,6%	2,6	30.382	0,6%
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
1.01.08.03	Outros	29.118	0,5%	-6,6%	31.179	0,6%	2,6%	30.382	0,6%
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
1.01.08.03.20	Outros Créditos	17.077	0,3%	-17,7%	20.758	0,4%	24,0%	16.737	0,4%
1.02	Ativo Não Circulante	4.670.036	74,8%	28,6%	3.592.934	70,1%	7,9%	3.329.319	71,1%
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	314.210	5,0%	75,4%	179.131	3,5%	- 27,7%	247.749	5,3%
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	73.050	1,2%	-1,3%	74.018	1,4%	0,9%	73.352	1,6%
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	18.805	0,3%	-64,9%	74.018	1,4%	0,9%	73.352	1,6%



1.02.01.03	Contas a Receber	3.001	0,0%	99,8%	1.502	0,0%	- 41,6%	2.572	0,1%
1.02.01.03.01	Clientes	3.001	0,0%	99,8%	1.502	0,0%	- 41,6%	2.572	0,1%
1.02.01.06	Tributos Diferidos	145.928	2,3%	1660,5%	8.289	0,2%	- 84,2%	52.360	1,1%
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.928	2,3%	1660,5%	8.289	0,2%	- 84,2%	52.360	1,1%
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.036	0,0%	-32,2%	1.528	0,0%	1240,4%	114	0,0%
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	91.195	1,5%	-2,8%	93.794	1,8%	- 21,4%	119.351	2,5%
1.02.01.09.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	69.672	1,1%	3,3%	67.440	1,3%	- 2,6%	69.217	1,5%
1.02.01.09.05	Outros Ativos Não Circulantes	3.554	0,1%	320,1%	846	0,0%	- 54,2%	1.849	0,0%
1.02.01.09.06	Venda de participação societária	17.969	0,3%	-29,6%	25.508	0,5%	- 47,2%	48.285	1,0%
1.02.02	Investimentos	6.198	0,1%	1065,0%	532	0,0%	0,2%	531	0,0%
1.02.02.02	Propriedades para Investimentos	6.198	0,1%	1065,0%	532	0,0%	0,2%	531	0,0%
1.02.02.02.01	Outros	6.198	0,1%	1065,0%	532	0,0%	0,2%	531	0,0%
1.02.03	Imobilizado	955.306	15,3%	17,1%	816.054	15,9%	9,3%	746.384	15,9%
1.02.04	Intangível	3.394.322	54,3%	28,7%	2.597.217	50,7%	11,2%	2.334.655	49,9%
1.02.04.01	Intangíveis	-	0,0%	-	-	0,0%	- 100,0%	-	49,9%
2	Passivo Total	6.246.487	100,0%	21,0%	5.124.727	100,0%	9,5%	4.681.910	100,0%
2.01	Passivo Circulante	1.493.379	23,9%	56,9%	951.824	18,6%	27,15	748.586	16,0%
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	175.312	2,8%	1,2%	173.272	3,4%	44,6%	119.795	2,6%
2.01.02	Fornecedores	310.015	5,0%	11,6%	241.196	4,7%	49,5%	161.328	3,4%
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.485	0,7%	30,3%	32.594	0,6%	70,0%	19.174	0,4%
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	671.929	10,8%	78,5%	376.473	7,3%	6,3%	354.198	7,6%
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	319.382	5,1%	1032,0%	28.213	0,6%	- 51,4%	58.028	1,2%
2.01.04.02	Debêntures	352.547	5,6%	1,2%	348.260	6,8%	17,6%	296.170	6,3%
2.01.05	Outras Obrigações	293.638	4,7%	219,8%	128.289	2,5%	36,3%	94.091	2,0%
2.01.05.02	Outros	293.638	4,7%	219,8%	128.289	2,5%	36,3%	94.091	2,0%
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	44.991	0,7%	98,9%	22.615	0,4%	286,9%	5.845	0,1%
2.01.05.02.04	Impostos Parcelados	16.435	0,3%	531,9%	2.601	0,1%	256,8%	729	0,0%
2.01.05.02.05	Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	152.919	2,4%	596,2%	21.964	0,4%	2308,3%	912	0,0%



2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
2.01.05.02.20	Outras Contas a Pagar	79.293	1,3%	77,6%	81.109	1,6%	- 6,3%	86.605	1,8%
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
2.02	Passivo Não Circulante	1.433.160	22,9%	6,1%	1.311.859	25,6%	14,7%	1.143.374	24,4%
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.120.439	17,9%	15,3%	971.829	19,0%	8,5%	895.358	19,1%
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	371.904	6,0%	403,4%	73.873	1,4%	54,8%	47.710	1,0%
2.02.01.02	Debêntures	748.535	12,0%	-16,6%	897.956	17,5%	5,9%	847.648	18,1%
2.02.02	Outras Obrigações	170.914	2,7%	66,0%	102.938	2,0%	296,2%	25.983	0,6%
2.02.02.02	Outros	170.914	2,7%	66,0%	102.938	2,0%	296,2%	25.983	0,6%
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	21.001	0,3%	63,3%	12.859	0,3%	297,9%	3.232	0,1%
2.02.02.02.04	Contas a Pagar por Aquisição de Controladas	92.279	1,5%	64,0%	56.274	1,1%	167,6%	21.031	0,4%
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros	54.496	0,9%	65,4%	32.945	0,6%	-	-	0,0%
2.02.02.02.20	Outras Contas a Pagar	3.138	0,1%	264,9%	860	0,0%	- 50,0%	1.720	0,0%
2.02.03	Tributos Diferidos	8.273	0,1%	-95,9%	161.958	3,2%	0,3%	161.492	3,4%
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.273	0,1%	-95,9%	161.958	3,2%	0,3%	161.492	3,4%
1,3%2.02.04	Provisões	133.534	2,1%	77,7%	75.134	1,5%	24,1%	60.541	1,3%
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	133.534	2,1%	77,7%	75.134	1,5%	24,1%	60.541	1,3%
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.319.948	53,1%	16,0%	2.861.044	55,8%	2,5%	2.789.950	59,6%
2.03.01	Capital Social Realizado	2.235.369	35,8%	0,1%	2.234.135	43,6%	0,0%	2.234.135	47,7%
2.03.02	Reservas de Capital	438.553	7,0%	715,7%	53.766	1,0%	6,0%	50.706	1,1%
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	432.772	6,9%	744,6%	51.239	1,0%	- 21,6%	65.366	1,4%
2.03.02.04	Opções Outorgadas	6.330	0,1%	105,8%	3.076	0,1%	17994,1%	17	0,0%
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	- 549	0,0%	0,0%	- 549	0,0%	- 96,3%	- 14.677	- 0,3%



2.03.04	Reservas de Lucros	661.541	10,6%	15,6%	572.133	11,2%	13,5%	504.203	10,8%
2.03.04.01	Reserva Legal	37.815	0,6%	3,3%	36.624	0,7%	- 15,3%	43.258	0,9%
2.03.04.05	Reserva de retenção de Lucros	623.726	10,0%	16,5%	535.509	10,4%	16,2%	460.945	9,8%
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	-	0,0%	-	-	0,05	-	-	0,0%
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	0,0%	-	-	0,0%	-	-	0,0%
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	- 15.515	-0,2%	-1636,1%	1.010	0,0%	11,5%	906	0,0%

Análise comparativa do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$1.576.451 mil, em comparação com R\$1.531.793 mil em 31 de dezembro de 2016, o que representou um acréscimo de 2,9%. Em relação ao ativo total, em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante representou 25,2% e, em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante representou 29,7%.

Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, o caixa e aplicações financeiras era de R\$592.629 mil, em comparação com R\$658.513 mil em 31 de dezembro de 2016. Essa diminuição foi devida, principalmente, à utilização de caixa para investimentos e aquisições.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R\$4.670.036mil, em comparação com R\$3.632.212 mil em 31 de dezembro de 2016, o que representou um crescimento de 28,6%. Em relação ao ativo total, em 31 de dezembro de 2017 o ativo não circulante representou 74,8% e, em 31 de dezembro de 2016 o ativo não circulante representou 70,3%. O crescimento verificado no período deveu-se, principalmente, a incorporação da controladora Cromossomo Participações II S.A. em 20 de dezembro de 2017.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$1.493.379 mil, em comparação com R\$951.824 mil em 31 de dezembro de 2016, o que representou um acréscimo de 56,9%. Em relação ao passivo total e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante representou 23,9%, e, em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante representou 18,4%. O aumento verificado no período deveu-se, principalmente, a captações de dívida.

Passivo não circulante



Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$1.433.160 mil, em comparação com R\$1.351.137 mil em 31 de dezembro de 2016, o que representou um crescimento de 6,1%. Em relação ao passivo total e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante representou 22,9% e, em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante representou 26,2%. O aumento verificado no período deveu-se principalmente a captações de dívida.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R\$3.319.948 mil, em comparação com R\$2.861.044 mil em 31 de dezembro de 2016, o que representou um crescimento de 16,0%. Esse aumento deveu-se, principalmente, a aquisições de laboratórios, e da incorporação do acervo líquido da controladora Cromossomo Participações II S.A. em 20 de dezembro de 2017, registrado na rubrica de Reserva especial de ágio na incorporação pelo montante de R\$353.427 mil.

Análise comparativa do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante era de R\$1.531.793 mil, em comparação com R\$1.352.591 mil em 31 de dezembro de 2015, o que representou um acréscimo de 13,2%. Em relação ao ativo total, em 31 de dezembro de 2016 o ativo circulante representou 29,9% e em 31 de dezembro de 2015 o ativo circulante representou 28,9%.

Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa e aplicações financeiras era de R\$658.513 mil, em comparação com R\$477.303 mil em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento foi devido, principalmente, à geração de caixa operacional.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante era de R\$3.632.212 mil, em comparação com R\$3.329.319 mil em 31 de dezembro de 2015, o que representou um crescimento de 9,1%. Em relação ao ativo total, em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante representou 70,3% e, em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante representou 71,1%. O crescimento verificado no período deveu-se, principalmente, ao aumento dos ativos imobilizados e intangíveis, em função dos investimentos realizados ao longo do ano.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante era de R\$951.824 mil, em comparação com R\$748.586 mil em 31 de dezembro de 2015, o que representou um decréscimo de 27,1%. Em relação ao passivo total e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante representou 18,6% e em 31 de dezembro de 2015 o passivo circulante representou 16,0%. O aumento verificado no período deveu-se, principalmente, ao maior saldo de empréstimos e debêntures.

Passivo não circulante



Em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante era de R\$1.351.137 mil, em comparação com R\$1.143.374 mil em 31 de dezembro de 2015, o que representou um crescimento de 18,2%. Em relação ao passivo total e patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2016 o passivo não circulante representou 26,2% e em 31 de dezembro de 2015 o passivo não circulante representou 24,4%. O aumento verificado no período deveu-se principalmente à captação de novos empréstimos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido era de R\$2.861.044 mil, em comparação com R\$2.789.950 mil em 31 de dezembro de 2015, o que representou um crescimento de 2,5%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao lucro gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços a pacientes de forma direta ou por meio de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar ou outras modalidades de custeio da saúde. Esses serviços incluem: (i) análises clínicas, diretamente ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; (ii) serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente por meio de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: (a) citologia e anatomia patológica; (b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e (c) medicina nuclear; e (iii) exploração de atividades relativas a realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano.

Os diretores da Companhia avaliam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as principais fontes de receita foram decorrentes das atividades da Companhia nas áreas de mercado de apoio, mercado ambulatorial, mercado público e mercado hospitalar, e o crescimento da receita durante esses exercícios foi resultado do crescimento do mercado e principalmente da maturação dos projetos, os quais foram implementados durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, principalmente relacionados com a abertura e expansão de unidades, além da instalação de equipamentos de imagem e ampliações das agendas de atendimentos no caso do mercado ambulatorial.

Para um maior detalhamento sobre os segmentos operacionais e mercados de atuação da Companhia, vide item 7 deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Na opinião dos diretores da Companhia, as variações das receitas em cada exercício social podem ser assim atribuídas aos seguintes fatores principais:

2017

- A receita bruta consolidada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 atingiu R\$3.718,3 milhões, representando um crescimento de 10,9% ante o exercício



social de 2016, que apresentou receita bruta consolidada de R\$3.352,8 milhões, proporcionado principalmente pelos fatores descritos no item 10.2(a)(i) acima.

- Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim resumidos: expansão do mercado, renegociação de contratos, abertura de novas unidades, mudança no *mix* de exames e aquisições.

2016

- A receita bruta consolidada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 atingiu R\$3.352,8 milhões, representando um crescimento de 5,6% ante o exercício social de 2015, que apresentou receita bruta consolidada de R\$3.175,0 milhões, proporcionado principalmente pelos fatores descritos no item 10.2(a)(i) acima.
- Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim resumidos: expansão do mercado, renegociação de contratos, abertura de novas unidades, mudança no *mix* de exames e aquisições.

2015

- A receita bruta consolidada da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 atingiu R\$3.175,0 milhões, representando um crescimento de 6,8% ante o exercício social de 2014, que apresentou receita bruta consolidada de R\$2.972,3 milhões, proporcionado principalmente pelos fatores descritos no item 10.2(a)(i) acima.
- Outros fatores que afetaram materialmente resultados operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim resumidos: expansão do mercado, renegociação de contratos, abertura de novas unidades, mudança no *mix* de exames e aumento da quantidade de laboratórios atendidos no mercado apoio. Também afetou a receita bruta da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a venda, no âmbito do termo de compromisso de desempenho celebrado com o CADE, da Lafe Serviços Diagnósticos Ltda. e Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.

Para mais informações sobre variações das receitas vide demais rubricas que impactam os resultados da Companhia no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As variações na receita devem-se, em linhas gerais, a abertura de novas unidades, a expansão de unidades antigas, a introdução de novos exames de imagem, aos ganhos de eficiência/logística e ao aumento da gama de serviços oferecida. Eventuais aquisições, assim como ocorreu nos exercícios de 2016 e 2017, também podem impactar na variação da receita.

Os contratos com os planos de saúde não preveem reajustes anuais indexados a um índice de variação de preços. Portanto, anualmente negociamos reajustes com esses clientes. Apesar de as negociações



terem o índice de inflação como referência nas negociações, nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 obtivemos, na média, reajustes abaixo da inflação.

Do ponto de vista macroeconômico, os principais fatores que levam a uma maior demanda por exames são geração de empregos e aumento no número de beneficiários cobertos por planos de saúde.

A taxa de câmbio não tem efeito relevante na variação de receita da Companhia, pois a receita proveniente do exterior é muito pequena, conforme informado na seção 7.6 deste Formulário de Referência.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, a Companhia foi impactada (i) pelo dissídio pago aos funcionários, e (ii) pela revisão do valor do aluguel dos prédios das filiais que foi majoritariamente ajustado pelo IGP-M. Além disso, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, o maior custo da Companhia foi o custo com folha de pagamento.

A taxa de câmbio impacta no custo de aquisição de equipamentos de imagem (investimentos) e de reagentes químicos, ambos preponderantemente importados. Os insumos são compreendidos, ainda, exames de imagem, cujos custos de aquisição também são impactados pelo câmbio, uma vez que são artigos produzidos no exterior. Porém, a Companhia depende cada vez menos de importação e procura adquirir insumos em reais, por meio de fornecedores locais e produtos importados por terceiros. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio não impactou de forma significativa o endividamento, pois a Companhia não detinha dívidas em dólar.

A dívida líquida da Companhia está preponderantemente indexada à Taxa DI, conforme abaixo:

- (i) as debêntures emitidas pela Companhia em 2012 são remuneradas por 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,80% ao ano;
- (ii) as debêntures emitidas pela Companhia em 2013 são remuneradas por 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano;
- (iii) as debêntures da primeira série emitidas pela Companhia em 2015 são remuneradas por 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,05% ao ano; e as debêntures da segunda série emitidas pela Companhia em 2015 são remuneradas por 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,20% ao ano;
- (iv) as debêntures emitidas pela Companhia em dezembro de 2016 são remuneradas por 112,25% da Taxa DI;
- (v) as debêntures emitidas pela Companhia em agosto de 2017 são remuneradas por 108,00% da Taxa DI;
- (vi) as notas comerciais emitidas pela Companhia em junho de 2017 são remuneradas por 107% da Taxa DI; e



(vii) as notas comerciais da primeira série emitidas pela Companhia em dezembro de 2017 são remuneradas por 107,5% da Taxa DI; as notas comerciais da segunda série emitidas pela Companhia em dezembro de 2017 são remuneradas por 106,15% da Taxa DI; e as notas comerciais da terceira série emitidas pela Companhia em dezembro de 2017 são remuneradas por 108,75% da Taxa DI.

As dívidas da Companhia que são remuneradas de acordo com a Taxa DI representam mais de 90% do endividamento total da Companhia, que em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.792,4 milhões. Portanto, o resultado financeiro da Companhia está diretamente ligado à variação da taxa básica da economia (Taxa Selic que afeta a variação da taxa média das operações no mercado interbancário).

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que a Companhia atuou nos mesmos segmentos operacionais nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, mesmo após as aquisições e/ou incorporações por ela realizadas.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação societária na Salomão e Zoppi

Em 27 de setembro de 2017, tendo sido cumpridas as condições precedentes contidas no contrato celebrado, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e o decurso do prazo de 15 (quinze) dias contados da data da publicação da referida aprovação na imprensa oficial, foi concluída a aquisição pela DASA de 17.367.606 ações ordinárias e 133.646 ações preferenciais da Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A. (“SZD”), representando 91,67% do capital social da SZD e a subsequente incorporação de 1.342.823 ações ordinárias e 248.200 ações preferenciais de emissão de SZD, nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., tornando-se a SZD uma subsidiária integral da DASA, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da DASA realizada na mesma data.

Neste contexto, foi celebrado, ainda, na mesma data, um Acordo de Acionistas entre a Cromossomo Participações II S.A. (então acionista controladora da Companhia) e Logistics V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (única acionista da SZD, que se tornou acionista da DASA em razão da incorporação acima mencionada) vinculando as 2.127.659 novas ações ordinárias de emissão da Companhia emitidas como consequência do aumento do capital social decorrente da incorporação (“Acordo de Acionistas”). O referido Acordo de Acionistas, confere direitos de minoritário ao Logistics V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e, portanto, não afetará o controle da Companhia.

Com a aquisição, a Companhia ampliou sua atuação na Região de Metropolitana de São Paulo, incorporou uma marca de qualidade reconhecida pelos pacientes e pela comunidade médica ao seu portfólio e agregou equipe de médicos e corpo técnico qualificados a sua equipe.

Venda da totalidade da participação societária detida na Pro-Echo e Lafê



Em 1 de abril de 2015, tendo sido cumpridas as condições precedentes aplicáveis, inclusive aprovação pelo CADE, foi concluída a venda pela Companhia da totalidade do capital social da Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. e Lafê Serviços Diagnósticos Ltda. (esta última resultante da cisão parcial da sociedade Sergio Franco, conforme operação descrita no item 15.7 deste Formulário de Referência) para Newscan Serviços Médicos Ltda., pelo valor total de R\$ 66 milhões.

A alienação das quotas da Pro-Echo e da Lafê representa o cumprimento das restrições, consubstanciadas no Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") celebrado entre a Companhia e o CADE no julgamento do Ato de Concentração n.º 08012.010038/2010-43, sobre a operação de aquisição da MD1 Diagnósticos S.A., concluída em 5 de janeiro de 2011 ("Aquisição_MD1").

Com a alienação, a Companhia teve sua participação no mercado de atuação das empresas reduzida e deixou de ter participação em seus resultados.

Para mais informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 não houve eventos ou operações não usuais da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado de alterações em práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há qualquer ressalva ou parágrafo de ênfase no relatório do auditor em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As políticas contábeis críticas descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:



(a) Benefícios a empregados

(i) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho sejam atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações que são liquidados em caixa é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia no curto, médio e longo prazos, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

(b) Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

(c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo DASA para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.



Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo DASA.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo DASA obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13 das demonstrações financeiras da Companhia.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(d) Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e



comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo DASA tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo DASA e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) **Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 14 das demonstrações financeiras da Companhia.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(e) **Instrumentos financeiros**

O Grupo DASA classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo DASA classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

O Grupo DASA reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo DASA desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo DASA transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual



substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo DASA em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo DASA desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo DASA tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

As demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo DASA.

(iii) **Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.



Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é determinado para fins de divulgação através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo DASA e contraparte quando apropriado.

(f) Capital Social

(i) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pelo Grupo DASA compreendem notas conversíveis denominadas em Reais que podem ser convertidas em capital por opção do detentor, e o número de ações a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão em instrumento de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado.

Juros relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. Na conversão no seu vencimento, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido.

(g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;



- reestruturação de um valor devido ao Grupo DASA em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo DASA considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo DASA utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo DASA considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido



reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo DASA, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(h) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado, se o Grupo DASA tem uma



obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, o Grupo DASA determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo DASA separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo DASA conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo DASA.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo DASA substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo DASA.

(iii) *Pagamentos arrendados*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(j) *Mensuração do valor justo*

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo DASA tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de



descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo DASA.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo DASA requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo DASA mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo DASA utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo DASA mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo DASA determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Exceto pelos arrendamentos mercantis operacionais mencionados no item (i) abaixo, a Companhia esclarece que não há outros ativos e/ou passivos por ela detidos, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017 (*off-balance sheet items*).

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos no balanço patrimonial pelos pagamentos das contraprestações da operação diretamente no resultado. No entanto, não há registro contábil do



passivo que represente as parcelas futuras desses contratos. Segue abaixo uma descrição das parcelas futuras dos contratos de arrendamento mercantil operacional não reconhecidas no passivo do balanço patrimonial da Companhia:

	31 de dezembro de 2017		
	Contratos Fixos (mil)	Contratos Variáveis (mil)	Total (mil)
Até 12 meses	160.788	160.788	165.767
Entre 13 e 60 meses	357.893	357.893	368.976
Após 60 meses	280.612	280.612	281.825
	799.293	17.275	816.568

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas, sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

10.7 - Comentários sobre Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor



Os arrendamentos mercantis operacionais impactam os custos e despesas com alugueis. Atualmente, os arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidos apenas no resultado da Companhia quando efetivamente incorridos. Em razão da mudança da legislação aplicável que trata dos arrendamentos mercantis operacionais, a partir de 01 de janeiro de 2019, a despesa de aluguel deixa de ser reconhecida, sendo que, em vez disso, teremos a despesa financeira originada dos contratos registrados no passivo, e a despesa com amortização do ativo intangível que representará o valor total do contrato contabilizado na data de assinatura. Dessa forma, o reconhecimento de um novo passivo circulante e não circulante que corresponde ao valor a pagar dos contratos vigentes até 31 de dezembro de 2018 e das obrigações futuras dos novos contratos firmados a partir da data de adoção da norma. A contrapartida desse passivo é o ativo intangível. Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos arrendamentos mercantis.

(b) natureza e o propósito da operação

A natureza dos arrendamentos mercantis operacionais é de aluguel de imóveis para unidades de atendimento aos pacientes, para laboratórios centrais onde as amostras são processadas, e para imóveis que dão suporte operacional e administrativo à Companhia, como escritórios, almoxarifados e centrais de atendimento.

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos arrendamentos mercantis.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há montante adicional de obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência dos arrendamentos mercantis, conforme mencionado no item 10.7(a) acima, além daqueles demonstrados no item 10.6 deste Formulário de Referência.

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos arrendamentos mercantis.

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia cumpriu e submeteu às devidas aprovações o orçamento de capital de 2017, conforme determinado no seu Estatuto Social, tendo sido os recursos correspondentes investidos na expansão orgânica e na reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A administração da Companhia submeterá à apreciação dos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 23 de abril de 2018, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como de orçamento de capital do ano de 2018, observadas a legislação societária vigente e as disposições constantes de seu Estatuto Social, conforme segue:



(Não auditado)

Aplicações

Expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento	317.510.550,96
Modernização tecnológica	76.038.964,91
Outros	5.216.363,00
	398.765.878,87

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Fontes

Reserva de retenção de lucro do exercício de 2017	82.672.926,54
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2018 (não auditado)	316.092.952,33
	398.765.878,87

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos para o exercício social de 2018.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A capacidade produtiva da Companhia foi incrementada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, como reflexo das seguintes ações:

1. implantação do MDP (Modelo DASA de Produção), com melhoria dos processos e produtividade, garantindo aumento da capacidade produtiva;
2. instalação das novas ressonâncias magnéticas e tomografias computadorizadas nas diversas regionais. No caso de substituição por obsolescência, os novos aparelhos apresentam uma capacidade de realização de exames maior que os substituídos;
3. atualização do parque de equipamentos de ultrassom, mamografia, raio-x, endoscopia digestiva e aparelhos de imagem cardiológica por equipamentos de maior capacidade operacional;
4. estruturação de uma área de produtos para acelerar a ampliação do portfólio de exames com inserção de novos testes e tecnologias; e
5. instalação de equipamentos de Sequenciamento Genético e lançamento de marca GeneOne dedicada ao mercado de Genética Humana.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas



Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa em andamento que já tenha sido divulgada.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa em andamento que já tenha sido divulgada.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia, em linha com a sua estratégia de oferecer a maior gama de serviços aos usuários, pretende incrementar seu portfólio com a inclusão dos seguintes novos produtos e serviços, a partir de 2018:

1. implantação de um Núcleo Técnico Operacional de alta complexidade, agregando especialidades sinérgicas como Genética Humana, Oncologia, Hematologia especializada e Anatomia Patológica;
2. digitalização do serviço de Anatomia Patológica, com benefícios de produtividade e qualidade;
3. desenvolvimento e transferência de tecnologia de parceiros estratégicos para implantação de tecnologia de Espectrometria de Massas com ganhos de qualidade e eficiência em diversos exames;
4. instalação das novas ressonâncias magnéticas e tomografias computadorizadas nas diversas regionais. No caso de substituição por obsolescência, os novos aparelhos apresentam uma capacidade de realização de exames maior que os substituídos; e
5. atualização do parque de equipamentos de ultrassom, mamografia, raio-x, endoscopia digestiva e aparelhos de imagem cardiológica por equipamentos de maior capacidade operacional.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram gastos R\$105,2 milhões com equipamentos médicos, com a finalidade de modernizar e expandir o parque da Companhia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o gasto da Companhia com propaganda, publicidade e patrocínios, foi de R\$37,7 milhões. A administração da Companhia definiu esse gasto de acordo com as necessidades de cada uma de suas marcas em seus mercados de atuação.



ANEXO B
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2018

Destinação do Lucro Líquido



ANEXO B.1
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2018

Anexo 9-1-II

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 131.443.398,66 (cento e trinta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos foi de R\$ 42.198.302,19 (quarenta e dois milhões, cento e noventa e oito mil, trezentos e dois reais e dezenove centavos) que corresponde à R\$ 0,13529782757 por ação (ex-tesouraria), observado o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) referente ao dividendo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia. O montante global dos dividendos é composto unicamente por juros sobre o capital próprio declarados em 26 de dezembro de 2017, cujo valor líquido de R\$ 35.870.187,63 (trinta e cinco milhões, oitocentos e setenta mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos) já foi pago pela Companhia em 30 de janeiro de 2018.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício social de 2017 distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, após a dedução da importância destinada à constituição da reserva legal (conforme previsto no estatuto social da Companhia), é de 33,793455%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não haverá distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.



- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.
- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Em 26 de dezembro de 2017, foram declarados juros sobre o capital próprio no montante (valor líquido) de R\$ 35.870.187,63 (trinta e cinco milhões, oitocentos e setenta mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos).
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

O montante informado no item 'a' acima já foi pago pela Companhia em 30 de janeiro de 2018.
- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e**



classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015
Lucro Líquido	131.443.398,66	94.738.400,56	23.813.202,33
Total de Ações no Final do Período (ex-tesouraria)	311.891.942	310.889.283	310.889.283
Lucro Líquido por Ação	0,42143891	0,30473357	0,07659705

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015
Dividendo	-	1.444.225,21	6.217.785,66
Juros sobre o capital próprio	42.198.302,19	25.000.000,00	-
Total de Ações no Final do Período (ex-tesouraria)	311.891.942	310.889.283	310.889.283
Dividendo por Ação	-	0,00464546	0,02000000
JCP por Ação	0,13529782	0,08041448	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 destinado à reserva legal corresponde a R\$ 6.572.169,93 (seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e três centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício é destinado para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. O montante indicado no item "a" acima foi obtido pela aplicação deste percentual sobre o lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 131.443.398,66 (cento e trinta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e seis centavos).

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos



- a. **Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b. **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

“Artigo 28 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

***Parágrafo Primeiro** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia:*

- (a) balanço patrimonial;*
- (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido;*
- (c) demonstração do resultado do exercício;*
- (d) demonstração dos fluxos de caixa; e*
- (e) demonstração do valor adicionado.*

***Parágrafo Segundo** - Integrando as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na lei.*

***Parágrafo Terceiro** - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:*

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;*
- (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no Artigo 29 deste Estatuto e a lei;*
- (c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nas condições da lei.*

***Artigo 29** - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, observado o decréscimo da importância destinada, no exercício, à constituição da reserva legal.*



Parágrafo Primeiro - Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, conforme dispõe o artigo 197 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Segundo - A Assembleia poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este Artigo. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos deste Artigo, poderá ser paga por deliberação do Conselho de Administração, aos Administradores, uma participação no lucro semestral, ad referendum da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembleia, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório a que se refere este Artigo.

Parágrafo Quarto - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ad referendum da Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Quinto - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo Sexto - O Conselho de Administração deliberará sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente, que totaliza, em relação aos resultados de 2017, o montante de R\$ 31.217.807,18 (trinta e um milhões, duzentos e dezessete mil, oitocentos e sete reais e dezoito centavos) correspondente a R\$ 0,10009174 por ação (ex-tesouraria).

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando,



inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não haverá retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

Não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. Identificar o montante destinado à reserva**
- c. Descrever como o montante foi calculado**

Não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**

O montante de lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a ser retido com base em orçamento de capital para 2018 é de R\$ 82.672.926,54 (oitenta e dois milhões, seiscentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos).



b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A cópia do orçamento de capital integra o Anexo B.2 à presente Proposta.

Adicionalmente, esclarecemos que o orçamento de capital foi noticiado aos Acionistas também nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Companhia, especificamente na nota explicativa 22g.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Não haverá destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.



ANEXO B.2
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2018

Cópia do Orçamento de Capital

Em relação ao orçamento de capital do exercício de 2017, informamos que a Companhia cumpriu com o orçamento aprovado na AGO realizada em 20 de abril de 2017, onde os recursos foram investidos na expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A Administração da Companhia submeterá à apreciação dos Acionistas, na próxima Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como de orçamento de capital do ano de 2018, observadas a legislação societária vigente e disposições constantes de seu estatuto social, conforme se segue:

Aplicações:

Expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento	317.510.550,96
Modernização tecnológica	76.038.964,91
Outros	5.216.363,00
	<u>398.765.878,87</u>

Fontes:

Reserva de retenção de lucro do exercício de 2017	82.672.926,54
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2018	316.092.952,33
	<u>398.765.878,87</u>



ANEXO C
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2018

Item 13 do Formulário de Referência
Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

O objetivo da política de remuneração da Companhia é fornecer uma contraprestação aos colaboradores pelos serviços prestados, estimulando o alcance das metas estabelecidas para o ano, com base em contratos de gestão previamente acordados.

A Companhia acredita que um de seus diferenciais é o modelo de remuneração variável que adota, adaptado aos seus colaboradores e executivos, com forma de pagamento, valores e metas adequadas à realidade de cada atividade.

A política de remuneração da Companhia está alinhada às práticas de mercado e sistema de gestão e governança corporativa, com o intuito de atrair e reter profissionais que detenham qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades dos negócios da Companhia.

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada.

Os membros do conselho de administração da Companhia recebem remunerações fixas distintas visando a compensar adequadamente sua participação nas reuniões, sua contribuição ao Conselho de Administração e à Companhia e o maior ou menor número de funções exigidas por aqueles que exercem tais cargos, razão pela qual, eventualmente, as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Companhia podem superar as remunerações dos diretores da Companhia.

(b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa anual composta por pagamentos a título de *pro labore* mensal, sem qualquer benefício direto ou indireto ou remuneração por participação em comitês, ou quaisquer outros benefícios enquanto estiverem no exercício do cargo de conselheiros, e são elegíveis ao programa de opção de compra de ações da Companhia. Após a cessação do exercício do cargo, cessa também a obrigação de pagamento da Companhia perante o membro do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem remuneração fixa mensal na forma da Lei nº 6.404/76, além do reembolso das despesas incorridas no exercício de suas funções. Os membros do Conselho Fiscal não percebem qualquer benefício direto ou indireto adicional, ou remuneração por



participação em comitês, remuneração variável ou quaisquer outros benefícios enquanto estiverem no exercício do cargo como conselheiros fiscais. Após a cessação do exercício do cargo, cessa também a obrigação de pagamento da Companhia perante o membro do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

Os membros da Diretoria estatutária e não estatutária recebem remuneração fixa anual composta por pagamentos a título de *pro labore* ou salários fixos mensais acrescidos de remuneração variável vinculada ao alcance de metas por desempenho de suas atribuições e ao desenvolvimento dos negócios da Companhia, bem como recebem benefícios diretos compostos e mensurados da forma abaixo:

Benefício	Objetivos
Assistência Médica	O benefício é concedido a diretores da Companhia e seus dependentes, com o objetivo de assegurar a prevenção à saúde e subsidiar eventuais tratamentos médicos. O custo da mensalidade é arcado pela Companhia, sendo que o beneficiário do plano arca com os custos de coparticipação sobre exames e consultas realizados.
Seguro de Vida	O benefício é concedido a diretores da Companhia, para garantir a assistência financeira a dependentes dos beneficiários em caso de sinistro. O custo da apólice é arcado 50% pela Companhia e 50% pelo beneficiário da apólice.
Alimentação	A Companhia disponibiliza ticket refeição a seus diretores, com o intuito de auxiliar nas despesas dos diretores com refeições. O custo é arcado 90% pela Companhia.
Vale Alimentação	O benefício é concedido a diretores da Companhia, com o intuito de auxiliar nas despesas dos diretores com alimentação. O custo do vale alimentação é arcado integralmente pela Companhia.

A política de remuneração da Companhia para sua Diretoria estatutária e não estatutária visa a estimular o alinhamento dos objetivos da Companhia, a produtividade e a eficiência dos colaboradores, bem como a manter a competitividade no mercado em que atua.

Para o Comitê de Auditoria há remuneração apenas para os membros independentes. Referida remuneração é paga mensalmente de acordo com os termos previstos nos respectivos contratos de mandato. Os membros do Comitê de Auditoria não recebem outros benefícios diretos ou indiretos ou remuneração por participação em comitês, remuneração variável ou quaisquer outros benefícios enquanto no exercício do mandato como membros do Comitê de Auditoria. Os acionistas da Companhia aprovaram, em 25 de abril de 2016, a alteração do estatuto social da Companhia de modo que o Comitê de Auditoria deixou de ser um órgão estatutário.

Adicionalmente, a Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral realizada em 25 de abril de 2016 e aditado conforme aprovado em Assembleia Geral realizada em 25 de maio de 2017. As opções podem ser atribuídas a determinados empregados e administradores da Companhia em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual. A Companhia entende que o Plano atualmente vigente não tem natureza jurídica de remuneração. Contudo, em atendimento à orientação da CVM, nos termos da Instrução CVM 480 e do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018, a Companhia prestará, neste item, as informações abaixo.

O Plano tem como principal objetivo permitir que empregados e administradores da Companhia e de sociedades sob o seu controle, sujeitos a determinadas condições, subscrevam ou adquiram ações de



emissão da Companhia, visando a criar um alinhamento de interesses entre os beneficiários, a Companhia e seus acionistas, mitigar conflitos de agência, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da Companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no caso da Diretoria estatutária e não estatutária, o salário base correspondeu a 46,72% da remuneração, enquanto a remuneração variável correspondeu a 52,71%, restando 0,57% para os benefícios diretos.

Os membros do Conselho de Administração não possuem benefícios diretos ou indiretos nem remuneração variável e recebem 100% da sua remuneração mediante pagamento mensal fixo. Este é também o caso do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, e dos membros independentes do Comitê de Auditoria.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total dos conselheiros, diretores e membros dos Comitês da Companhia, nos três últimos exercícios sociais:

Remuneração dos Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017					
	Remuneração Fixa		Remuneração baseada em ações	Remuneração Variável	Total
	Salário ou Pró-labore	Benefícios diretos ou indiretos			
Conselho de Administração	86,54%	Não aplicável	13,46%	Não aplicável	100%
Conselho Fiscal	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Diretoria Estatutária e não Estatutária	46,72%	0,57%	12,36%	40,35%	100%
Comitês (membros independentes)	100%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	100%

Remuneração dos Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016					
	Remuneração Fixa		Remuneração baseada em ações	Remuneração Variável	Total
	Salário ou Pró-labore	Benefícios diretos ou indiretos			
Conselho de Administração	100%	Não aplicável	0	Não aplicável	100%
Conselho Fiscal	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável



Diretoria Estatutária e não Estatutária	44,13%	0,36%	10,24%	45,27%	100%
Comitês (membros independentes)	100%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	100%

Remuneração dos Administradores, Conselheiros e Membros de Comitês da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015					
	Remuneração Fixa		Remuneração baseada em ações	Remuneração Variável	Total
	Salário ou Pró-labore	Benefícios diretos ou indiretos			
Conselho de Administração	100%	Não aplicável	0	Não aplicável	100%
Conselho Fiscal	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Diretoria Estatutária e não Estatutária	75%	1%	0%	24%	100%
Comitês (membros independentes)	100%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e de reajuste utilizada pela Companhia para a remuneração fixa (aplicável à Diretoria estatutária e não estatutária e também aos seus colaboradores) tem como base a avaliação da média de mercado geral e de empresas com o mesmo porte através da contratação, pela Diretoria de Recursos Humanos da Companhia, de consultorias especializadas.

Para a Diretoria não estatutária, a remuneração mensal e eventuais reajustes são feitos de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos e critérios de meritocracia de acordo com as práticas adotadas pela Companhia (avaliação periódica por parte do gestor e da Diretoria, de acordo com desempenho do Diretor). Uma das ferramentas adotadas é a gestão por competências descrita no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Relativamente à parcela de remuneração variável, a metodologia de cálculo e reajuste observa parâmetros devidamente alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia, previamente acordados e com a determinação de metas e indicadores para melhor acompanhamento das ações e medição dos resultados.

Em relação ao cálculo e reajuste da remuneração variável, a Companhia baseou-se em 2017, 2016 e 2015: (i) no atingimento de metas indispensáveis para o recebimento da remuneração variável, como EBITDA, lucro caixa, contas a receber e/ou receita; (ii) no orçamento de cada unidade de negócio ou segmento da Companhia; e/ou (iii) em indicadores de qualidade e gestão de pessoas.



Com relação à metodologia de cálculo adotada pela Companhia sobre a remuneração baseada em ações, ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada para a remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia e dos membros não independentes dos comitês.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

O objetivo da política de remuneração adotada pela Companhia é remunerar os profissionais da Companhia de acordo com as práticas de mercado, responsabilidades dos seus respectivos cargos, desempenho, metas alcançadas e nível de competitividade da Companhia.

(v) Membros não remunerados

Não há diretores estatutários, diretores não estatutários, conselheiros ou membros de comitês que não sejam remunerados, exceto por aqueles que cumulem as funções de conselheiros ou diretores e membros dos Comitês. Nesta hipótese, somente recebem remuneração os membros independentes dos Comitês (assim considerados aqueles que não sejam também membros do Conselho de Administração ou membros da Diretoria).

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Anualmente são estabelecidas entre 4 (quatro) e 8 (oito) metas para os Diretores estatutários e não estatutários elegíveis ao programa de remuneração variável da Companhia, sendo que a avaliação do programa é orientada pelo atingimento das metas coletivas (EBITDA) ligadas ao Presidente da Companhia, para o recebimento de quaisquer valores. Tais metas são baseadas no método de desdobramento de diretrizes, que se utiliza das diretrizes de crescimento e dos objetivos para cada área de negócio/apoio da Companhia, que têm como referência para o processo de desdobramento as seguintes dimensões: (i) resultados financeiros, como, por exemplo, o fluxo de caixa livre, margem de contribuição, cumprimento do orçamento e aumento de volume de receita da Companhia, custo unitário de exames; (ii) nível de satisfação de clientes, com base no resultado da pesquisa de percepção e satisfação do cliente interno, visando à verificação do nível de qualidade dos serviços prestados por unidade de negócio e/ou segmento da Companhia; e (iii) indicadores de gestão de pessoas, abrangendo, exemplificativamente, aspectos relacionados à gestão de pessoas por unidade de negócio e/ou segmento da Companhia e a implantação de projetos de inovação.

O processo de apuração de atingimento de metas é conduzido pela Diretoria de Recursos Humanos. Os indicadores estão diretamente relacionados com as metas estabelecidas para cada um dos membros da Diretoria, fazendo o Diretor jus ao recebimento do percentual estabelecido para cada uma das metas atingidas.

Para informações a respeito dos indicadores de desempenho adotados para a determinação das opções a serem outorgadas aos administradores, conselheiros e empregados da Companhia com base no Plano de Opção de Compra de Ações, ver item 13.4 deste Formulário de Referência.



(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Anualmente, a Companhia revisa os indicadores de desempenho por meio do processo de desdobramento de metas e avaliação comportamental, o qual envolve todos os altos executivos da Companhia (incluindo, portanto, Diretores estatutários e não estatutários). Durante este processo é realizada a análise da estratégia de longo e curto prazo da Companhia para a elaboração da diretriz anual.

A diretriz contém todos os objetivos e indicadores estratégicos para sustentar o crescimento esperado da Companhia. As metas individuais são definidas por meio do desdobramento destes objetivos e indicadores estratégicos para cada diretoria.

Para garantir a gestão de resultados é realizado o acompanhamento de metas periodicamente junto aos principais executivos, inclusive Diretores estatutários e não estatutários.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia oferece remuneração pautada em resultados financeiros e de desenvolvimento do negócio, com metas robustas que levam em conta a efetividade operacional, riscos e qualidade. Nesse sentido, a Companhia entende que sua política e prática de remuneração estão adequadas aos seus interesses de curto, médio e longo prazos.

O posicionamento da remuneração fixa é feito com base em pesquisas de mercado com consultorias especializadas, para manutenção da competitividade da Companhia no mercado de trabalho.

Em complemento à remuneração fixa, a Companhia adota para Diretores estatutários e não estatutários um programa de remuneração variável que visa a mensurar o atingimento de metas e resultados alinhadas com o plano de negócios e os interesses de curto e médio prazos da Companhia.

Além desses dois elementos de remuneração fixa e variável, a Companhia adota para Diretores estatutários e não estatutários e membros do Conselho de Administração um programa de remuneração de longo prazo baseado em opções de compras de ações. O referido programa visa a alinhar a remuneração dos executivos, inclusive diretores estatutários e não estatutários, aos interesses de longo prazo da Companhia, promovendo o conhecimento, as competências e o comportamento necessários à perenidade do negócio, além de reforçar o nível de atração e retenção dos seus principais executivos.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores da Companhia, do Conselho Fiscal, quando instalado, e de membros independentes dos Comitês é suportada exclusivamente pela Companhia, não havendo valores pagos por controladores ou controladas da Companhia.



(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício garantido aos administradores, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou membros dos Comitês da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

A remuneração é definida com base em estudos de mercado apresentados pela Diretoria de Recursos Humanos ao Conselho de Administração. A justificativa para a composição da remuneração destinada aos administradores consiste no incentivo para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos na Companhia, visando a ganho pelo compromisso dos resultados de curto, médio e longo prazo.

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Há um colegiado composto pelo Diretor Presidente e por outros Diretores da Companhia responsável por conduzir os estudos de mercado relativos à remuneração de administradores. A remuneração individual dos membros da Diretoria é sugerida em Comitê Executivo composto por Pedro de Godoy Bueno, Carlos de Barros Jorge Neto, Emerson Leandro Gasparetto, Ricardo Mello de Souza e Silva, Ricardo Orlando, Fabio Ferreira Cunha, Rafael Lucchesi e Thiago Liska.

O Conselho de Administração, por sua vez, é o órgão que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores, determinando a proporção de cada elemento da remuneração com base nas informações apresentadas pelo Diretor Presidente ao Comitê Executivo.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A Companhia realiza estudos para a verificação das práticas de mercado, a fim de atrair e manter talentos e, ainda, busca manter o equilíbrio interno no que se refere à remuneração de seus colaboradores.

A fixação da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia. Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração



O Conselho de Administração avalia, anualmente, a adequação dos procedimentos de definição de remuneração e da política de remuneração dos administradores da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	10,0	-	13,00
Nº de membros remunerados	3,00	10,0	-	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.166.000,00	7.062.000,00		11.228.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	90.000,00		90.000,00
Participação em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	833.200,00	1.412.400,00		2.245.600,00
Descrição de outras remunerações fixas	Nos valores expressos no campo "Outros" foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.	Nos valores expressos no campo "Outros" foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.750.736,00		5.750.736,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00



Baseada em ações, incluindo opções	860.571,43	4.876.834,99	-	5.737.406,42
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	5.859.771,43	19.191.970,99	-	25.051.742,42

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	9,83	-	12,83
Nº de membros remunerados	3,00	9,83	-	12,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.028.000,00	7.159.979,78		10.187.979,78
Benefícios diretos e indiretos	0,00	90.000,00		90.000,00
Participação em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	604.800,00	1.431.995,96		2.036.795,96
Descrição de outras remunerações fixas	Nos valores expressos neste item foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.	Nos valores expressos neste item foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.023.538,94		10.023.538,94



Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações, incluindo opções	502.000,00	2.193.257,41		2.695.257,41
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	4.134.800,00	20.898.772,09	-	25.029.572,09

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2016- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,67	8		11,67
Nº de membros remunerados	3,67	8		11,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.222.800,00	6.554.665,18		9.777.465,18
Benefícios diretos e indiretos	0,00	69.367,68		69.367,68
Participação em comitês	0,00	0,00		0,00



Outros	645.600,00	1.310.933,04		1.956.533,04
Descrição de outras remunerações fixas	Nos valores expressos neste item foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.	Nos valores expressos neste item foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.		
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	9.157.633,45		9.157.633,45
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	0,00	1.822.408,00		1.822.408,00
Observa�o	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N�02/2018, o número de membros do Conselho de Administra�o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N�02/2018, o número de membros do Conselho de Administra�o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada �rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remunera�o	3.868.400,00	18.915.007,35		22.783.407,35

Remunera o total do Exercício Social encerrado em 31/12/2015- Valores Anuais



	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,92	9,08		14,00
Nº de membros remunerados	4,92	9,08		14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.790.000,00	6.878.061,38		10.668.061,38
Benefícios diretos e indiretos	0,00	120.713,14		120.713,14
Participação em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	758.000,00	1.375.612,28		2.133.612,28
Descrição de outras remunerações fixas	Nos valores expressos neste item foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.	Nos valores expressos neste item foram incluídas as contribuições de INSS de responsabilidade da Companhia e outros pagamentos não recorrentes.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	5.040.755,40		5.040.755,40
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	176.009,24		176.009,24
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal		



	(letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	(letra "b") foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	4.548.000,00	13.591.151,44		18.139.151,44

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE (2018)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número total de membros	3	10	0	13
c. Número de membros remunerados	0	10	0	10
d. Em relação ao bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
e. Em relação à participação nos resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 0,00	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 5.750.736,00	-	R\$ 5.750.736,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$ 5.750.736,00	-	R\$ 5.750.736,00

VALORES PAGOS A TÍTULO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total



b. Número total de membros	3	9,83	0	12,83
c. Número de membros remunerados	0	9,83	0	9,83
d. Em relação ao bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
e. Em relação à participação nos resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 6.495.323,30	N/A	R\$ 6.495.323,30
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$ 6.495.323,30	N/A	R\$ 6.495.323,30
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 6.495.323,30	N/A	R\$ 6.495.323,30

VALORES PAGOS A TÍTULO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número total de membros	3,67	8,00	0	11,67
c. Número de membros remunerados	0	8,00	0	8,00
d. Em relação ao bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A



ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
e. Em relação à participação nos resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 9.157.633,45	N/A	R\$ 9.157.633,45
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$ 9.157.633,45	N/A	R\$ 9.157.633,45
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 9.157.633,45	N/A	R\$ 9.157.633,45

VALORES PAGOS A TÍTULO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número total de membros	4,92	9,08	0	14
c. Número de membros remunerados	0	9,08	0	9,08
d. Em relação ao bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
e. Em relação à participação nos resultados				



i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 5.040.755,40	N/A	R\$ 5.040.755,40
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$ 5.040.755,40	N/A	R\$ 5.040.755,40
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$ 5.040.755,40	N/A	R\$ 5.040.755,40

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia entende que seu Plano de Opção de Compra de Ações para administradores e empregados da Companhia não tem natureza jurídica de remuneração. Contudo, em atendimento à orientação da CVM, à Instrução CVM 480 e ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018, a Companhia prestará, neste item, as informações abaixo.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2016, o Plano de Opção de Compra de Ações para administradores e empregados da Companhia, conforme aditado, nos termos do aditamento aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 (“**Plano**”). Em 10 de maio de 2016, foi realizada reunião do Conselho de Administração que aprovou o Primeiro Programa de Outorga de Opções no âmbito do Plano (“**Primeiro Programa do Plano**”). Em 25 de maio de 2017, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Programa de Outorga de Opções no âmbito do Plano (“**Segundo Programa do Plano**”).

(a) termos e condições gerais

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual, observadas as restrições previstas no Plano e em lei, poderá contar com um comitê para assessorá-lo nesse sentido (“**Comitê**”).

Obedecidas as disposições do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo, mas não se limitando, a:

- (i) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, detalhamento e aplicação das normas gerais estabelecidas;
- (ii) decidir quanto às datas em que serão outorgadas as opções de compra de ações, bem como quanto à oportunidade de sua outorga em relação aos interesses da Companhia, preservando os conceitos estabelecidos no Plano;



- (iii) estabelecer critérios qualitativos e/ou quantitativos para a elegibilidade de beneficiários e concessão das opções de compra de ações;
- (iv) eleger os beneficiários, estabelecendo as condições das opções de compra de ações a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições, quando necessário para adequar as opções de compra de ações aos termos da lei, norma ou regulamento superveniente;
- (v) estabelecer e alterar os termos do contrato de opção de compra de ações a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos beneficiários (“**Contrato**”);
- (vi) estabelecer e modificar as datas em que as opções de compra de ações poderão ser exercidas, o prazo final para o exercício das opções de compra de ações, o preço de exercício e os demais termos e condições de outorga, exercício e do Contrato;
- (vii) analisar casos excepcionais decorrentes de ou relacionados com o Plano;
- (viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano.

Quando da aprovação de cada um dos programas de opção de compra de ações no escopo do Plano, o Conselho de Administração elegerá a seu critério os beneficiários e estabelecerá o número de ações que poderão ser adquiridas pelos beneficiários, o preço de exercício, as condições de pagamento, os prazos e as respectivas condições de exercício.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração do Contrato, o qual fixará os termos e as condições de cada opção de compra de ações, conforme previsto no Plano e em cada um dos programas de opção de compra de ações e estabelecerá: (i) a quantidade de opções de compra de ações outorgadas; (ii) o preço de exercício das ações objeto das opções de compra das ações e as condições para seu pagamento; (iii) a data em que os beneficiários adquirirão o direito de exercer cada opção de compra de ações; (iv) eventual prazo de carência para o exercício de cada opção de compra de ações; (v) o tratamento específico para situações que impliquem em eventos de liquidação; e (vi) outras condições quando aplicáveis.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que empregados e administradores da Companhia e de sociedades sob o seu controle, sujeitos a determinadas condições, subscrevam ou adquiram ações de emissão da Companhia, visando a criar um alinhamento de interesses entre beneficiários, a Companhia e seus acionistas, mitigar conflitos de agência, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da Companhia.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A outorga de opções de compra de ações no âmbito do Plano em benefício dos empregados e administradores é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas, na medida em que, assim como os acionistas, os beneficiários do Plano se beneficiam com um aumento na cotação das ações no mercado.



(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano e dos programas de opção, bem como o seu exercício pelos beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculadas à sua remuneração fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros. A Companhia entende que o Plano atualmente vigente para administradores e empregados da Companhia não tem natureza jurídica de remuneração.

De qualquer forma, o Plano foi desenvolvido como mecanismo de retenção de executivos e empregados da Companhia, principalmente em razão do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

Ao possibilitar que os administradores e funcionários se tornem acionistas da Companhia em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a alinhar seus interesses aos dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A outorga de opções de compra de ações, genericamente, alinha os interesses da Companhia de médio e longo prazo de incentivar a administração a conduzir com êxito os negócios da Companhia, estimulando a cultura empreendedora e orientada para resultados, na medida em que tanto os acionistas quanto os administradores e empregados se beneficiam de melhoras no resultado e aumentos na cotação de mercado das ações.

(f) número máximo de ações abrangidas

Cada opção outorgada no âmbito do Plano confere ao respectivo beneficiário o direito de adquirir ou subscrever uma 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal representativa do capital social da Companhia. Dessa forma, o número máximo de ações abrangidas pelo Plano corresponde ao número máximo de opções a serem outorgadas.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda, durante todo o prazo de vigência do Plano, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas no âmbito do Plano, exercidas ou não, 19.902.320 (dezenove milhões, novecentas e duas mil, trezentas e vinte) ações de emissão da Companhia, representativas, na data de criação do Plano, de 6% (seis por cento) de seu capital social, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(h) condições de aquisição de ações

Quando da aprovação de cada um dos programas de opção de compra de ações no escopo do Plano, o Conselho de Administração elegerá a seu critério os beneficiários e estabelecerá o número de ações



que poderão ser adquiridas pelos beneficiários, o preço de exercício, as condições de pagamento, os prazos e as respectivas condições de exercício.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano é realizada mediante a celebração do Contrato, o qual fixará os termos e as condições de cada opção de compra de ações, conforme previsto no Plano e em cada um dos programas de opção de compra de ações, e estabelecerá: (i) a quantidade de opções de compra de ações outorgadas; (ii) o preço de exercício das ações objeto das opções de compra das ações e as condições para seu pagamento; (iii) a data em que os beneficiários adquirirão o direito de exercer cada opção de compra de ações; (iv) eventual prazo de carência para o exercício de cada opção de compra de ações; (v) o tratamento específico para situações que impliquem em eventos de liquidação; e (vi) outras condições quando aplicáveis.

O Conselho de Administração pode impor termos e/ou condições para o exercício da opção, e impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício da opção (*lock-up*), podendo, ainda, estabelecer opções de recompra ou direitos de preferência para a Companhia.

Os Contratos são individualmente elaborados para cada beneficiário, podendo o Conselho de Administração tratar de maneira diferenciada e eleger a seu critério os beneficiários, não estando, portanto, obrigado por qualquer regra de isonomia ou analogia a estender a todos os beneficiários as mesmas condições, independentemente das funções desempenhadas por cada beneficiário e de estarem inseridos em um mesmo programa de opção de compra de ações.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações será estabelecido pelo Conselho de Administração considerando o valor de mercado das ações no momento da outorga, sendo-lhe facultado aplicar ágio ou deságio em relação a tal valor (no caso de deságio, limitado a 10% do valor de mercado), bem como considerar eventos societários tais como aumentos de capital e ofertas públicas de aquisição ou distribuição de ações de emissão da Companhia.

O Conselho de Administração poderá utilizar outros parâmetros de avaliação, isolada ou cumulativamente com os previstos acima, quando julgar que, em razão de condições de reduzida liquidez de mercado, a cotação das ações de emissão da Companhia não reflete, de forma adequada, o valor das ações. Para este fim, o Conselho de Administração poderá se valer de avaliação de empresa especializada e independente e/ou outros elementos para justificar o preço de exercício adotado.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração da Companhia decidirá, a seu exclusivo critério, para cada programa de outorga de opções de compra de ações, as datas em que as opções de compra de ações poderão ser exercidas, o prazo final para o exercício das opções de compra de ações, o preço de exercício e os demais termos e condições de outorga, exercício e do Contrato.

(k) forma de liquidação

As opções outorgadas no âmbito do Plano conferem aos respectivos titulares o direito de subscrever e/ou adquirir ações representativas do capital da Companhia, contra o pagamento do respectivo preço



de emissão ou de aquisição, conforme o caso, em montante correspondente ao preço de exercício de cada opção. Assim, com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

As opções de compra de ações serão outorgadas aos beneficiários em caráter pessoal, não podendo ser empenhadas, comunicadas, cedidas ou transferidas a terceiros, salvo na hipótese de falecimento e/ou previstas no Plano e no Contrato. O Conselho de Administração da Companhia poderá impor outras restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das referidas opções (denominado *lock up*), podendo, ainda, estabelecer opções de recompra ou direitos de preferência para a Companhia.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração pode determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades anônimas, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano. Adicionalmente, a assembleia geral de acionistas da Companhia poderá rever o Plano, a qualquer tempo, e o Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral ou pela dissolução, liquidação ou decretação de falência da Companhia. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

As condições específicas para o exercício das opções de compra de ações nas hipóteses de desligamento dos beneficiários serão estabelecidas pelo Conselho de Administração para cada programa de opção de compra de ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em referência ao exercício social de 2018, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía previsão de outorga de opções de compra de ações para nenhum membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e demais empregados da Companhia.



Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017						
a. Órgão	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
b. Nº total de membros	3			9,83		
c. Nº de membros remunerados	0	1	0	4	7	3
d. Outorga de opções de compras de ações	<u>1ª Outorga</u> Primeiro Programa	<u>1ª Outorga</u> Segundo Programa	<u>2ª Outorga</u> Segundo Programa	<u>1ª Outorga</u> Primeiro Programa	<u>1ª Outorga</u> Segundo Programa	<u>2ª Outorga</u> Segundo Programa
i. Data de outorga	-	01/06/2017	-	01/07/2016	01/06/2017	06/09/2017
ii. Quantidade de opções outorgadas	-	800.000	-	2.650.000	2.800.000	750.000
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	01/01/2021	-	01/01/2020	01/01/2021	01/01/2021
iv. Prazo máximo para exercício das opções	-	31/01/2022	-	31/01/2021	31/01/2022	31/01/2022
v. Prazo de restrição à transferência das ações	-	3 meses	-	3 meses	3 meses	3 meses
vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opção	-	-	-	-	-	-
Em aberto no início do exercício social	-	-	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-	-	R\$ 11,07	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
e. Valor justo das opções na data de cada outorga	-	R\$ 5,02	-	R\$ 1,61	R\$ 5,02	R\$ 5,50
f. Diluição potencial no caso do	-	0,26%	-	0,85%	0,90%	0,24%



exercício de todas as opções outorgadas						
Valor reconhecido no resultado	-	R\$502.000,00	-	R\$124.936,66	R\$1.757.000,00	R\$311.320,75

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	3,67	8,00
c. Número de membros remunerados	N/A	8,00
d. Em relação a cada outorga de opção:		
i. Data de outorga	-	01/07/2016
ii. Quantidade de opções outorgadas	-	3.300.000
iii. Prazo para que as opções se tomem exercíveis	-	01/07/2020
iv. Prazo máximo para exercício das opções	-	31/07/2020
v. Prazo de restrição à transferência das ações	-	1 ano ^(a)
vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opção:		
Em aberto no início do exercício social	-	Não há
Perdidas durante o exercício social	-	Não há
Exercidas durante o exercício social	-	Não há
Expiradas durante o exercício social	-	Não há
e. valor justo das opções na data de cada outorga:	-	R\$ 4,51
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	1,05%
Valor reconhecido no resultado	0	R\$ 1.822.408,00

(a) É vedado ao beneficiário alienar as ações adquiridas durante um ano após o exercício da opção.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	4,92	9,08
c. Número de membros remunerados	N/A	9,08
d. Em relação a cada outorga de opção		
i. Data de outorga	-	25/06/2012
ii. Quantidade de opções outorgadas	-	57.351



iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	25/06/2015
iv. Prazo máximo para exercício das opções	-	25/06/2017
v. Prazo de restrição à transferência das ações	-	3 anos ^(a)
vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opção:		
Em aberto no início do exercício social	-	Não há ^(b)
Perdidas durante o exercício social	-	Não há ^(b)
Exercidas durante o exercício social	-	Não há ^(b)
Expiradas durante o exercício social	-	Não há ^(b)
e. valor justo das opções na data de cada outorga:	-	R\$ 13,83
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	0,0% ^(c)
Valor reconhecido no resultado	0	R\$ 176.009,24^(d)

(a) É vedado ao beneficiário alienar 50% das ações adquiridas durante os 30 dias subsequentes após o exercício da opção.

(b) Para melhor compreensão do preço de exercício de outorga relativo ao primeiro programa de compra de ações, ver item 13.4.k do Formulário de Referência.

(c) Foram outorgadas 140.425 opções pela Companhia (incluindo Diretores não estatutários e demais empregados elegíveis), sendo exercidas no exercício de 2015, 138.727 das opções outorgadas.

(d) Diretores estatutários e não estatutários

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017						
	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	3	3	3	9,83	9,83	9,83
Nº de membros remunerados	0	1	0	4	7	3
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga em 01/07/2016 – primeiro programa	1ª Outorga em 01/06/2017 – segundo programa	2ª Outorga em 06/09/2017 – segundo programa	1ª Outorga em 01/07/2016 – primeiro programa	1ª Outorga em 01/06/2017 – segundo programa	2ª Outorga em 06/09/2017 – segundo programa
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	N/A	800.000	N/A	2.650.000	2.800.000	750.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	01/01/2021	N/A	01/01/2020	01/01/2021	01/01/2021
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	31/01/2022	N/A	31/01/2021	31/01/2022	31/01/2022



Prazo de restrição à transferência das ações (a)	N/A	3 meses	N/A	3 meses	3 meses	3 meses
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	R\$ 11,07	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 4,78	N/A	R\$ 9,29	R\$ 4,78	R\$ 4,78
Opções exercíveis						
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(a) É vedado ao beneficiário alienar as ações adquiridas durante três meses após o exercício da opção.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,00	9,83
Nº de membros remunerados	3,00	9,83
Opções exercidas		



Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de ações	0	75.000
Preço médio ponderado de exercício	0	R\$ 11,07
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	0	R\$ 15,93
Ações entregues		
Número de ações	0	75.000
Preço médio ponderado de exercício	0	R\$ 11,07
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	0	R\$ 15,93

Não foi exercida qualquer opção nem foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2015		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	4,92	9,08
Número de membros remunerados	0,00	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	49.211
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações	N/A	49.211
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 9,85



13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O valor justo das opções no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2016, conforme aditado em 25 de maio de 2017 (“**Plano**”), foi calculado utilizando-se o modelo binomial, uma vez que as opções do Plano passaram a ter características do tipo americana (possibilidade de exercício antes do vencimento).

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O valor justo na data de outorga do Primeiro Programa, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação binomial, foram os seguintes

Valor justo na data da outorga	R\$ 1,61
Preço da ação ajustado (01/07/2016)	R\$ 7,69
Preço de exercício	R\$ 13,64
Volatilidade do preço de ação	38,45%
Carência (49 meses)	4,58 anos
Taxa de retorno livre de risco	5,02%

O preço de exercício foi definido como R\$ 10,50, correspondente ao preço oferecido no âmbito da oferta pública de aquisição de ações da Companhia realizada em 01 de fevereiro de 2016 por Cromossomo II Participações S.A., e será corrigido a partir da data do Primeiro Programa de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até a data do exercício da respectiva opção. Para estimar a inflação na data da outorga, foi utilizado o índice IPCA de maio 2016, a mediana das projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil para o mês de junho 2016 e, para o restante do período, a inflação implícita na diferença de rendimentos entre a LTN (Letra do Tesouro Nacional) com vencimento em 01/01/2021 e a NTN-B principal (Notas do Tesouro Nacional – série B, sem pagamento de juros semestrais) com vencimento em 15/05/2019 na data da outorga.

Além disso, o preço de exercício será reduzido em um valor igual ao somatório de todos os dividendos ou juros sobre capital próprio (líquidos de tributos) que o beneficiário faria jus se as ações já tivessem sido emitidas, corrigidos desde as datas das respectivas declarações até a data de exercício de cada opção. Assim, seguindo o CPC 10, os proventos não estão sendo considerados na estimativa do preço de exercício nem no cálculo do modelo binomial, uma vez que a dedução no preço de exercício anula o efeito de as ações serem negociadas *ex-proventos*.



A cotação da ação (DASA3) na data da outorga foi ajustada em 30% para refletir a baixa liquidez da ação, devido à baixa concentração de ações em circulação no mercado, como forma de refletir a dificuldade que os outorgados teriam para vender suas ações adquiridas após o exercício das opções.

O período de carência da opção foi calculado considerando-se o vencimento do último prazo de exercício em 31/01/2021, sendo que foi considerada a possibilidade de exercício antecipado em cada prazo de exercício.

A taxa de retorno livre de risco considerada foi o rendimento da *5-year US Treasury Bond* acrescido do diferencial da inflação esperada entre Estados Unidos e Brasil na data da outorga.

O valor justo na data de outorga de 01/06/2017, relativa ao segundo programa, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação binomial, foram os seguintes:

Valor justo na data da outorga	R\$ 5,02
Preço da ação ajustado (01/06/2017)	R\$ 18,90
Preço de exercício	R\$ 28,44
Volatilidade do preço de ação	38,51%
Carência (49 meses)	4,67 anos
Taxa de retorno livre de risco	5,05%

O preço de exercício foi definido como R\$ 22,50, e será corrigido a partir da data da aprovação do Segundo Programa de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até a data do exercício da respectiva Opção. Para estimar a inflação na data da outorga, foi utilizada a inflação implícita na diferença de rendimentos entre a LTN (Letra do Tesouro Nacional) com vencimento em 01/01/2021 e a NTN-B principal (Notas do Tesouro Nacional – série B, sem pagamento de juros semestrais) com vencimento em 15/05/2019 na data da outorga.

Além disso, o preço de exercício será reduzido em um valor igual ao somatório de todos os dividendos ou juros sobre capital próprio (líquidos de tributos) que o Beneficiário faria jus se as Ações já tivessem sido emitidas, corrigidos desde as datas das respectivas declarações até a data de exercício de cada Opção. Assim, seguindo o CPC 10, os proventos não estão sendo considerados na estimativa do preço de exercício nem no cálculo do modelo binomial, uma vez que a dedução no preço de exercício anula o efeito de as ações serem negociadas *ex-proventos*.

A cotação da ação (DASA3) na data da outorga foi ajustado em 30% para refletir a baixa liquidez da ação, devido à baixa concentração de ações em circulação no mercado, como forma de refletir a dificuldade que os outorgados teriam para vender suas ações adquiridas após o exercício das opções.

O período de carência da opção foi calculado considerando-se o vencimento do último prazo de exercício em 31/01/2022, sendo que foi considerada a possibilidade de exercício antecipado em cada prazo de exercício.



A taxa de retorno livre de risco considerada foi o rendimento da *5-year US Treasury Bond* acrescido do diferencial da inflação esperada entre Estados Unidos e Brasil na data da outorga.

O valor justo na data de outorga de 06/09/2017, relativa ao Segundo Programa, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação binomial, foram os seguintes:

Valor justo na data da outorga	R\$ 5,50
Preço da ação ajustado (06/09/2017)	R\$ 19,99
Preço de exercício	R\$ 26,92
Volatilidade do preço de ação	38,53%
Carência (49 meses)	4,42 anos
Taxa de retorno livre de risco	4,10%

O preço de exercício foi definido como R\$ 22,50, e será corrigido a partir da data da aprovação do Segundo Programa de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até a data do exercício da respectiva opção. Para estimar a inflação na data da outorga, foi utilizada a inflação implícita na diferença de rendimentos entre a LTN (Letra do Tesouro Nacional) com vencimento em 01/01/2021 e a NTN-B principal (Notas do Tesouro Nacional – série B, sem pagamento de juros semestrais) com vencimento em 15/05/2019 na data da outorga.

Além disso, o preço de exercício será reduzido em um valor igual ao somatório de todos os dividendos ou juros sobre capital próprio (líquidos de tributos) que o beneficiário faria jus se as ações já tivessem sido emitidas, corrigidos desde as datas das respectivas declarações até a data de exercício de cada Opção. Assim, seguindo o CPC 10, os proventos não estão sendo considerados na estimativa do preço de exercício nem no cálculo do modelo binomial, uma vez que a dedução no preço de exercício anula o efeito de as ações serem negociadas *ex-proventos*.

A cotação da ação (DASA3) na data da outorga foi ajustado em 30% para refletir a baixa liquidez da ação, devido à baixa concentração de ações em circulação no mercado, como forma de refletir a dificuldade que os outorgados teriam para vender suas ações adquiridas após o exercício das opções.

O período de carência da opção foi calculado considerando-se o vencimento do último prazo de exercício em 31/01/2022, sendo que foi considerada a possibilidade de exercício antecipado em cada prazo de exercício.

A taxa de retorno livre de risco considerada foi o rendimento da *5-year US Treasury Bond* acrescido do diferencial da inflação esperada entre Estados Unidos e Brasil na data da outorga.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Foi utilizado o método binomial com a possibilidade de exercício antecipado em cada prazo de exercício.



(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi determinada como a média das volatilidades históricas das ações ordinárias de sua emissão (DASA3), entre 2004 e o dia da outorga.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Acionistas	Ações emitidas pela Companhia Posição em 31 de dezembro de 2017			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Conselho de Administração	4.345.091	1,39	4.345.091	1,39
Diretoria	-	0,00	-	0,00
Total de Ações	4.345.091	1,39	4.345.091	1,39

(a) Durante o exercício social de 2017, o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável. A Companhia não oferece plano de previdência aos membros de sua administração, membros de seus comitês ou de seu conselho fiscal, quando instalado.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº total de membros	9,83	8,00	9,08	3,00	3,67	4,92
Nº de membros remunerados	9,83	8,00	9,08	3,00	3,67	4,92



Valor da maior remuneração (Reais)	2.543.148,23	2.519.765,96	1.834.804,86	2.160.000,00	2.160.000,00	2.160.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	633.028,13	1.670.776,20	1.155.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.383.236,74	2.225.294,98	1.496.822,85	1.209.600,00	1.056.436,36	925.016,95

Diretoria Estatutária	
31/12/2017	O valor da menor remuneração da Diretoria Estatutária foi apurado considerando que 9,83 membros exerceram suas funções no período de 12 meses no exercício de 2017.
31/12/2016	O valor da menor remuneração da Diretoria Estatutária foi apurado considerando que 5 membros exerceram suas funções no período de 12 meses no exercício de 2016.
31/12/2015	O valor da menor remuneração da Diretoria Estatutária foi apurado considerando que 5 membros exerceram suas funções no período de 12 meses no exercício de 2015.
Conselho de Administração	
31/12/2017	O valor da menor remuneração do Conselho de Administração foi apurado considerando que somente 3 membros exerceram suas funções no período de 12 meses no exercício de 2017.
31/12/2016	O valor da menor remuneração do Conselho de Administração foi apurado considerando que somente 3 membros exerceram suas funções no período de 12 meses no exercício de 2016.
31/12/2015	O valor da menor remuneração do Conselho de Administração foi apurado considerando que somente 3 membros exerceram suas funções no período de 12 meses no exercício de 2015.

Nos três últimos exercícios sociais, não houve pagamento de remuneração ao Conselho Fiscal, uma vez que ele não foi instalado.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Os administradores da Companhia possuem apólice de seguros para administradores (directors & officers – D&O). Para mais informações sobre tais apólices, ver item 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores



A tabela abaixo apresenta a participação percentual na remuneração anual total detida por membros da Diretoria estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Diretoria	15%	17%	15%

Nos três últimos exercícios sociais não houve pagamento de remuneração a membros do Conselho de Administração que sejam partes relacionadas aos controladores diretos e indiretos da Companhia.

Nos três últimos exercícios sociais não houve pagamento de remuneração ao Conselho Fiscal, já que ele não foi instalado.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 2015, 2016 e 2017 valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado nos três últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras informações relevantes

Exercício Social de 2017	Número de membros do		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	3	10	0
Fevereiro	3	10	0
Março	3	9	0
Abril	3	9	0
Maio	3	10	0
Junho	3	10	0
Julho	3	10	0



Agosto	3	10	0
Setembro	3	10	0
Outubro	3	10	0
Novembro	3	10	0
Dezembro	3	10	0
Total	36	118	0
Nº de Membros (ou seja, o "Total" dividido pelo número de meses)	3	9,83	0

Exercício Social de 2016	Número de membros do		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5	8	0
Fevereiro	5	8	0
Março	5	8	0
Abril	4	8	0
Maio	4	8	0
Junho	3	9	0
Julho	3	7	0
Agosto	3	7	0
Setembro	3	7	0
Outubro	3	8	0
Novembro	3	9	0
Dezembro	3	9	0
Total	44	96	0
Nº de Membros (ou seja, o "Total" dividido pelo número de meses)	3,67	8	0

Exercício Social de 2015:	Número de membros do		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	4	11	0
Fevereiro	4	10	0
Março	4	11	0
Abril	4	10	0
Maio	6	10	0
Junho	6	10	0



Julho	6	9	0
Agosto	5	9	0
Setembro	5	7	0
Outubro	5	7	0
Novembro	5	7	0
Dezembro	5	8	0
Total	59	109	0
Nº de Membros (ou seja, o "Total" dividido pelo número de meses)	4,92	9,08	0

Não há outras informações relevantes relacionadas a esta Seção 13 do Formulário de Referência.